

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 9.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 600 / €1,50 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

91% DAS EMPRESAS SEM TRABALHADORES PARA OBJETIVOS DA ECONOMIA VERDE

RECRUTAMENTO Recursos humanos com poucas ou nenhuma competências nos domínios da sustentabilidade. Universidades chamadas a reforçar leque de formações adequado ao mercado.

PÁG. 15



LUIS TATO / AFP

CONSENSO

Cartas entre Rato e São Bento põem pressão num Retificativo

PÁG. 6



CONVERGÊNCIA

Passos volta a ligar imigração a segurança e Ventura cola discurso ao Chega

ÚLTIMA

INICIATIVA

Mayan avança para pôr liberais a crescer nas próximas eleições

PÁGS. 4-5

Ensino superior

Universidades vão ter "semestre zero" para alunos dos PALOP

PÁG. 10



Sporting

Liverpool aperta o cerco. Sair por 10 ou 20M€, eis a questão para Amorim

PÁG. 22

Ucrânia

"Isto não pode acontecer." Central Nuclear de Zaporíjia atacada após 17 meses de trégua

PÁG. 18



Até ver...

Ricardo Simões Ferreira

Editor do Diário de Notícias

Ainda a questão do logótipo... e por que não é essa a questão

Regresso ainda ao tema da mudança do logótipo do Governo porque, após dias e dias de tanta gente a perorar no espaço público sobre o assunto – que aparentemente não mereceria tanto “tempo de antena” não fosse Portugal... Portugal! –, há uma questão relacionada que, curiosamente, quase ninguém (pelo menos que eu tenha dado por isso) debateu.

Aqui vai! A mudança do logótipo do Governo para um modelo “mais moderno” criado por Eduardo Aires (sobre cuja qualidade de *design* não vou aqui fazer quaisquer comentários, uma vez que é precisamente isso, *design* – não se comenta, na melhor das hipóteses lamenta-se) ocorreu em simultâneo com a mudança da designação que acompanha toda a comunicação oficial emitida pelo Executivo: de “Governo de Portugal” passou a “República Portuguesa”.

Em boa verdade, não sou o primeiro a referir o assunto. Pelo menos o ex-líder da IL, João Cotrim de Figueiredo, fê-lo aos microfones da SIC, e Pacheco Pereira também o mencionou, na CNN Portugal (se mais alguém o referiu, não dei por isso, e peço desculpa...), mas ambos o fizeram tão *en passant* que não me deixaram satisfeito.

É que a mudança não é seguramente inocente. Prende-se com um hábito useiro e vezeiro em certo tipo de cabeças na política portuguesa de confundir o poder Executivo com a própria República – melhor será dizer, o Estado.

Uma confusão que vem sendo nos últimos 50 anos (pelo menos!) impregnada na sociedade de tal forma que parece indiscutível, mas que na realidade põe em causa a própria democracia.

É que, Constitucional e Democraticamente (maiúsculas propositadas), nunca pode o Governo assumir a designação de República Portuguesa (e, neste sentido, mal esteve o atual Executivo de Luís Montenegro em, apesar de ter mudado o logótipo, ter mantido estas palavras nos docu-

mentos e comunicações). A República é toda a organização política do Estado, ultrapassa (em muito) o Governo, limitado que está por todas as normas Constitucionais e equivalentes – ele próprio, lembre-se, emana do Parlamento, não é eleito diretamente. E o poder destes dois é equivalente ao Judicial. Sem “pesos e contrapesos” não existe democracia, como muito bem me ensinou Marcelo Rebelo de Sousa na Faculdade de Direito de Lisboa nos idos Anos 90 do século passado.

Só que a confusão perpassa a sociedade a todos os níveis. Mesmo na forma como falamos.

O melhor exemplo que posso dar – porque ao longo dos últimos 50 anos até parece que tudo fizeram para que não houvesse qualquer literacia financeira no povo, de onde nasce a legitimação do poder político – é o facto de usarmos “Estado” e “Governo” como sinónimos quando falamos de receita e despesa pública.

Objetivamente, a receita é, de facto, do Estado: provém, grosso modo, dos impostos de todos os cidadãos (que formam o Estado). É o dinheiro de cada um de nós; é o seu dinheiro, que o entrega aos organismos públicos para que estes ajam em seu nome,

“

Pelo menos, agora o símbolo bate mais certo com as palavras. Estas – República Portuguesa – é que nunca deveriam ter sido postas pelo Executivo de Costa em páginas e documentos que mais não são que o Governo.”

gerido por pessoas como o leitor, mas pagas para essa função, para que lhe prestem serviços essenciais – segurança, saúde, etc. – de forma a melhorarem o seu dia a dia. Nos termos clássicos, é o “contrato social”.

Mas na realidade quem decide onde gastar (ou investir...) esse dinheiro é o Governo. Não sou eu – ou o leitor, a não ser que faça parte do Executivo – quem tem esse poder.

Assim, em lugar de chamar ao OE Orçamento do Estado, este dever-se-ia designar Orçamento do Governo. É este último quem decide onde aplicar o dinheiro (poder) que recebe... do Estado (povo).

Mas a confusão dá jeito, politicamente. Porque assim os políticos passam a ideia de que estão sempre a agir exclusivamente em prol das pessoas. Além disso, convém muito mais que estas não se lembrem de que uma (ainda que minúscula) fatia daquele enorme bolo que eles estão a dividir e gerir é, na realidade, contribuição sua – até porque com isso aumenta a responsabilização.

A verdadeira democracia só pode existir enquanto cada um de nós se sentir empoderado o suficiente dentro da sociedade sabendo na perfeição que quem está no poder só o ocupa porque nós, individualmente, lho demos. E que podemos tirar de lá quem o exerce na próxima oportunidade. Ter bem presente a ideia de que quem detém o poder Executivo está permanentemente a gerir o nosso dinheiro é, para isso, um conceito essencial à democracia. Confundir o Governo com a República/Estado é (mais) uma pequena brecha neste conceito fundamental. Tal como Estado com Governo.

Nesta aceção, e apenas por isso, ainda bem que voltaram as quinças e a esfera armilar ao logótipo. Pelo menos, assim, agora o símbolo bate mais certo com as palavras. Estas – República Portuguesa – é que nunca deveriam ter sido postas pelo Executivo de Costa em páginas e documentos que mais não são que o Governo.

OS NÚMEROS DO DIA

2510

LITROS

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) apreendeu 2510 litros de óleo alimentar a ser comercializado como azeite, nos distritos de Portalegre e Beja e no Concelho de Silves (Faro), num valor de 28 900 euros. Foram instaurados dois processos-crimes, por alegado ilícito de fraude sobre mercadorias. A ASAE alerta os consumidores para estarem “atentos” a ofertas deste tipo de produto com preço abaixo do expectável.

10 000

CASAS INUNDADAS

O número de casas inundadas na região de Orenburg (sul da Rússia), atingida pelas cheias do Rio Ural, aumentou para mais de 10 000, enquanto o número de pessoas desalojadas ultrapassa as 6000, devido às evacuações levadas a cabo.

8.º

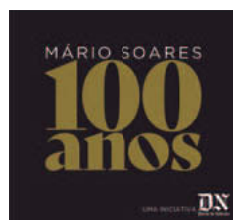
ÁLBUM

Cowboy Carter, o álbum de música *country* lançado por Beyoncé, estreou-se no topo da lista *Billboard 200*. É o oitavo álbum da carreira da cantora norte-americana a chegar a N.º 1 nos EUA.

4129

MILHÕES DE EUROS

Os pagamentos aos beneficiários diretos e finais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) atingiram 4129 milhões de euros até abril, segundo o último relatório de monitorização.



Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia, Sofia Fonseca e Valentina Marcelino **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.



PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN



FERROVIA A Linha de Sintra já estava a rebentar pelas costuras, com passageiros pendurados nas portas dos comboios, tudo devido ao crescimento populacional naquela região da Grande Lisboa. Em França, Giscard D'Estaing e Mitterrand eram candidatos à presidência.

Linha de Sintra já estava sobrelotada

TEXTO ISABEL LARANJO

Há 50 anos já se vivia uma situação caótica na Linha de Sintra. Uma fotografia com um passageiro meio dentro, meio fora do comboio recebia como legenda: “Um espetáculo vulgar na Linha de Sintra: carruagens superlotadas causam incomodidade e insegurança.”

Na manchete, era anunciada uma remodelação daquela linha ferroviária, que liga Lisboa a Sintra. *Ampla remodelação: Uma via quádrupla. Mais comboios e mais compridos e aumento de capacidade da Estação do Rossio*, lia-se em título. Em subtítulo, já se previa a ferrovia na ponte sobre o Tejo. “Prevê-se a utilização ferroviária da Ponte Salazar e o lançamento de novas linhas na margem sul do Tejo.”

O crescimento populacional nas localidades que compõem a chamada “linha de Sintra” estava na origem desta sobrelotação dos comboios. “Os diversos problemas que afetam a Linha de Sintra e os reparos que, frequentemente, vêm a lume, acerca da sua insuficiência, devem-se (...), antes de mais, ao crescimento explosivo da urbanização em toda a sua zona, com particular incidência entre o Rossio e Queluz, ‘sem que os sistemas ferroviário e rodoviário te-

nham podido acompanhar esse intenso surto populacional, o que se tem agravado significativamente nos últimos anos”, explicava ao DN o, então, administrador da CP, Augusto Fernandes, num encontro com jornalistas. “Doze mil pessoas chegam, atualmente, ao Rossio, entre as 8.05 e as 8.45”, podia ler-se. E havia uma previsão: “Pelo ano 2000, o seu crescimento, em relação a 1973, deve ser da ordem dos 125 por cento.”

As grandes cheias no sul do Brasil continuavam a dar que falar. *Cidade-mártir das cheias no Brasil: Tubarão faz lembrar Hiroshima depois da bomba atômica. Ainda há cadáveres por remover*, anunciava o DN, a encimar a primeira página.

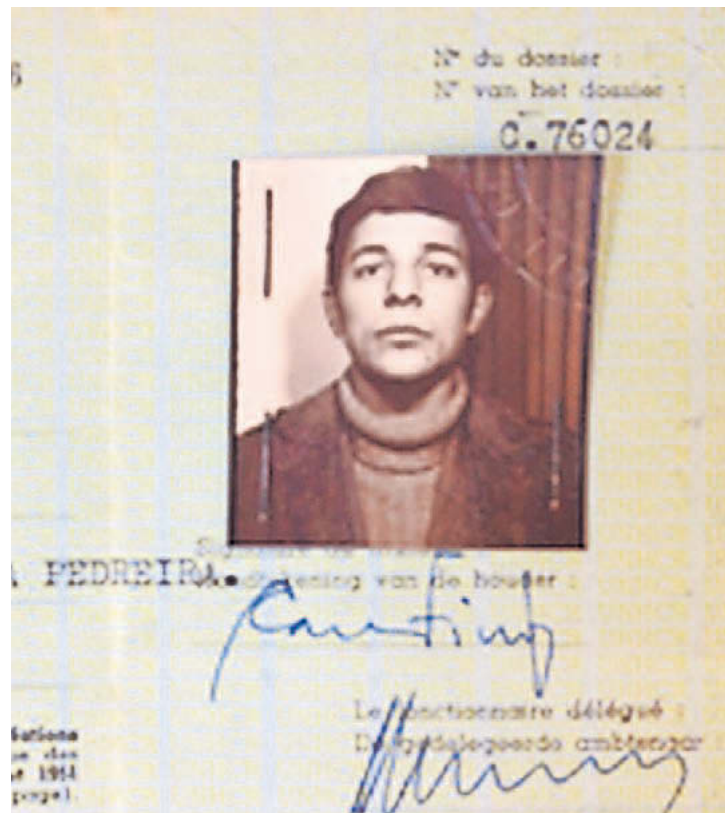
Em França, decorria a campanha eleitoral para a presidência, após a morte do presidente Pompidou. *Giscard D'Estaing e Mitterrand apresentam-se como candidatos à presidência da república*, titulava o DN.

Na mesma primeira página era ainda notícia: “Um jornalista francês descreve como se desenrolou o último conselho de ministros presidido por Georges Pompidou”. Este terá dito: “Não se deem vencer pela mediocridade.”

Onde eu estava

Carlos Fino nasceu em Lisboa, em 1948.

Foi correspondente da RTP em Bruxelas, Washington e Moscovo.



Não tinha 25 anos feitos quando cheguei a Moscovo. Para mim, ainda a mítica Moscovo, cidade que dava asilo a vários comunistas portugueses, entre eles a Álvaro Cunhal. De facto, obtive o visto por intercessão do Partido Comunista Português, de que era militante, circunstância que levava a PIDE a intimidar-me, a ameaçar-me e determinara a minha fuga, a salto, do país. Primeiro para Paris, onde me esperavam uma águas-furtadas e banhos públicos; depois Bruxelas, onde pude prosseguir o meu curso de Direito enquanto conduzia elétricos pela cidade.

Estávamos em finais de novembro de 1973 quando aceitei, na convicção de que o regime português estava ainda para durar por muito tempo, partir para a União Soviética, sabendo pelo partido que abria uma vaga na Rádio Moscovo.

A cidade revelar-se-ia, em tudo, muito diferente do que esperava. Um desalento que o inverno russo e a difícil adaptação às condições locais só fizeram acentuar. Até o traçado urbano, marcado por longas avenidas descobertas, ajudava ao desconforto.

Vivia então com a minha namo-

rada, Isabel, sobrinha de Alves Redol, escritor e antifascista caro ao partido. A ponto de levar Álvaro Cunhal, com quem me cruzei algumas vezes na cidade, a fazer-me uma advertência numa clara in-



“O sinal era péssimo – só conseguia entender alguma coisa com o ouvido literalmente colado ao aparelho –, mas dava ainda assim para acompanhar as peripécias dos acontecimentos através da velha Emissora Nacional.”

trmissão na minha vida pessoal. Não esqueço o dia em que ele nos visitou no nosso apartamento, confrontando-me com a informação de que eu estaria a namorar uma rapariga russa, pondo assim em causa a relação com Isabel Redol. Atónito, reagi mal. E deixei claro que nada impediria o meu relacionamento com a mulher com quem me casei e formei família.

Foi neste contexto, e para surpresa de todos, que chegou o 25 de Abril. As notícias eram escassas e as comunicações difíceis. Era ainda o tempo em que tínhamos de pedir às telefonistas uma ligação internacional, e ficar à espera, durante horas, sabendo que tudo iria ser escutado e gravado. No entusiasmo em que fiquei valeu-me um velho rádio militar russo meio esquecido e sem uso na redação África em língua portuguesa da Rádio Moscovo. O sinal era péssimo – só conseguia entender alguma coisa com o ouvido literalmente colado ao aparelho –, mas dava ainda assim para acompanhar as peripécias dos acontecimentos através da velha Emissora Nacional. Passava os dias, seguindo a par e passo, como podia, o que se passava em Portugal. A Junta Militar que tomou o poder e, sobretudo, o discurso recuado e ambíguo de Spínola em relação à guerra nas colónias não inspiravam grande confiança. Mas logo se percebeu que havia outra dinâmica em curso e que estávamos “apenas no início”.

Quis de imediato fazer as malas e regressar a Portugal. Na ausência, ainda, de Embaixada de Portugal em Moscovo, fiquei sem pasaporte, bloqueado durante meses, impedido de partilhar da alegria da libertação para a qual, ainda que modestamente, tinha contribuído através da luta do movimento estudantil, na Faculdade de Direito de Lisboa, e da ligação com o movimento operário, na região de Vila Franca, onde residiam os meus pais. Esse período forçado na Rússia mudou todo o meu estado de alma e a minha vida para sempre. Quando finalmente pude regressar, em novembro de 1974, vinha desiludido e com a morte na alma. Mas essa é outra estória que não cabe aqui.

Aqui cabe apenas assinalar como vivi – graças à existência de um velho rádio e ainda que a milhares de quilómetros de distância – em consonância com o meu país e o meu povo, um dos dias mais felizes da minha vida.

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Têles



INICIATIVA

Mayan avança para pôr os liberais a crescer nas próximas eleições

MANIFESTO Ex-candidato à Presidência da República é principal rosto de “um movimento positivo” que vai apresentar moção de estratégia e uma equipa para refundar um partido tomado pelo “sectarismo”.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

O teste à liderança da Iniciativa Liberal (IL) ainda vem distante, pois a próxima convenção, a 5, 6 e

7 de julho, servirá para tratar de questões estatutárias, mas Rui Rocha poderá contar com oposição em janeiro de 2025, quando termi-

nar o mandato da Comissão Executiva a que preside. E logo de uma das figuras mais conhecidas dos liberais, pois o ex-candidato presidencial Tiago Mayan confirmou ontem que assumirá “todas as con-

sequências” de ser o principal rosto de “uma alternativa capaz de restabelecer na estrutura e cultura do partido os princípios liberais que estiveram na sua génese”. Por outras palavras, procurará ser o quinto líder do partido criado em 2017.

O manifesto *Unidos pelo Liberalismo*, apresentado ontem, num hotel de Lisboa, tem 212 signatários, incluindo o primeiro líder da IL, Miguel Ferreira da Silva, ou o conselheiro nacional Rafael Corte Real, mas Tiago Mayan teve todo o protagonismo na apresentação do documento. O presidente da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, eleito nas listas do movimento do presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, é o rosto de “um movimento positivo, competente, aberto, sem sectarismos e com espírito de mudança”.

Todas essas características são o que a oposição interna à liderança de Rui Rocha não reconhece na IL tal como existe hoje, mas no hori-



Candidato à liderança quer o regresso de membros do partido que se afastaram, referindo-se de forma clara à ex-deputada Carla Castro, que acaba de se desfiliar.

Quatro líderes em menos de sete anos

Criada como associação cívica, a Iniciativa Liberal passou a partido em novembro de 2017. Tem eleitos na Assembleia da República e nas Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores, procurando agora entrar para o Parlamento Europeu. Rui Rocha sucedeu a Miguel Ferreira da Silva, Carlos Guimarães Pinto e João Cotrim de Figueiredo.



PAULO SPRINGER / GLOBAL IMAGENS

Miguel Ferreira da Silva 2017-2018

Primeiro presidente do partido, eleito na convenção fundadora, a 26 de novembro de 2017, o jurista apresentou a demissão por discordar da posição da maioria da sua equipa ao ser revelado que a página da IL no Facebook fora criada originalmente para dar apoio ao primeiro-ministro socialista António Costa.



BRUNO RAPOSO / GLOBAL IMAGENS

Carlos Guimarães Pinto 2018-2019

Convidado a assumir a liderança, o economista deu um contributo muito importante para impor as ideias liberais no debate público. Mas falhou o objetivo de obter representação no Parlamento Europeu e, nas legislativas de 2019, não foi eleito enquanto cabeça de lista pelo Porto, acabando por ceder o lugar.

zonte dos subscritores do manifesto *Unidos pelo Liberalismo* preferem olhar para o futuro. Depois das eleições regionais na Madeira, em que o objetivo mínimo é a reeleição do deputado Nuno Morna, embora o desgaste do PSD torne plausível um crescimento, e para o Parlamento Europeu, com a IL a apresentar como cabeça de lista o ex-presidente João Cotrim de Figueiredo, procurando uma estreia melhor do que a eleição de um só deputado, os autores do documento pretendem que a IL esteja preparada para qualquer cenário.

“Enfrentamos um novo ciclo político com novos desafios, tais como a instabilidade governativa, o risco da incapacidade de fazer valer as ideias liberais, e o horizonte das eleições autárquicas, que não podem ser uma oportunidade perdida para a implantação do partido”, defende-se. Com o Governo de Luís Montenegro nas mãos da oposição, desde logo do PS e do Chega, o movimento encabeçado por Tiago Mayan – que surge como segundo subscritor apenas por a lista ter sido ordenada pela antiguidade no partido, sendo Miguel Ferreira da Silva o número 10, quatro abaixo do autarca portuense – defende a necessidade de o partido estar preparado para ir a votos. Eventualmente em legislativas antecipadas, mas de certeza para procurar a representação autárquica que o partido ainda não consolidar: o ex-candidato presidencial é o único membro da IL à frente de uma junta de freguesia e Ricardo Valente o único vereador – ambos eleitos pelo movimento de Rui Moreira –, enquanto o fundador do partido Bruno Horta Soares não se conseguiu eleger vereador da Câmara de Lisboa e há apenas 26 deputados municipais liberais em todo o país.

Apelo aos regressos

Entre as críticas à atual liderança está o que os subscritores designam por afastamento dos princípios liberais, “seja na forma de agregar valor, seja na promoção de uma cultura de abertura aos membros e à sociedade civil, seja no foco da sua comunicação, seja no relacionamento com as demais estruturas internas nacionais e locais”.

A esse propósito, Tiago Mayan disse, na apresentação do documento, que “preocupa-nos o estado atual do partido, mas não desistimos dele”. Algo que tem acontecido nos últimos meses, com a saída de figuras destacadas do partido, como a ex-deputada e candidata à liderança Carla Castro, o também candidato à liderança José Cardoso, os ex-elementos da Comissão Executiva Catarina Maia, Paulo Carmona e Vicente Ferreira da Silva e vários conselheiros nacionais.

Também por isso, o manifesto visa “envolver e trazer novos e antigos quadros ao partido”. Questionado sobre a hipótese de promover regressos, Mayan respondeu “quero acreditar que sim”. O homem que admite vir a disputar a liderança a Rui Rocha disse desejar que “entrem novas pessoas, mas também algumas que estiveram conosco e que se afastaram”. Apesar de garantir que não falou com Carla Castro antes da apresentação.

“Boas vindas” de Rocha

Desafiado por jornalistas a comentar o manifesto “Unidos pelo Liberalismo”, quando reagia na Assembleia da República à carta que o secretário-geral do PS, Pedro Nuno Santos, enviou ao primeiro-ministro Luís Montenegro (*ver páginas seguintes*), Rui Rocha referiu estar mais empenhado na resolução dos problemas dos portugueses, mas acabou por fazer uma curta declaração sobre o texto apresentado ontem de manhã.

“Somos liberais e damos sempre as boas vindas à concorrência”, disse o presidente da Iniciativa Liberal, esclarecendo que não considera que a proximidade das eleições regionais antecipadas na Madeira, marcadas para 26 de maio, e das eleições para o Parlamento Europeu, que decorrem a 9 de junho, torne impeditiva a discussão de ideias avançadas pela oposição interna.

Segundo o líder do partido, que nas últimas semanas chegou a ser dado como provável ministro do Governo de Luís Montenegro, as divergências existentes entre os liberais “não afetam a capacidade de o partido se afirmar com as suas ideias”.

Críticos dizem que a IL tem “falhado consecutivamente” os seus objetivos eleitorais

ESTRATÉGIA Direção de Rui Rocha está a ser acusada de não ter conseguido obter resultados positivos nas legislativas e nas regionais dos Açores e da Madeira.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

O resultado da Iniciativa Liberal (IL) nas legislativas de 10 de março, mantendo oito deputados, como na anterior legislatura, e subindo apenas de 4,91% para 4,94%, enquanto o Chega mais do que quadruplicava o grupo parlamentar, de 12 para 50 deputados, e saltou de 7,18% para 18,07%, é um dos motivos que levam a oposição interna a criticar a liderança de Rui Rocha.

“O partido está, de facto, em dificuldades e os resultados mostram que as ideias liberais pouco contam no xadrez político”, disse Tiago Mayan, na apresentação do manifesto *Unidos pelo Liberalismo*, no qual se lê que “a estratégia desenvolvida pela atual direção do partido tem consecutivamente falhado em atingir os objetivos declarados, seja nas eleições regionais nos Açores e na Madeira, e nas eleições legislativas, seja no cumprimento de metas e ações da moção de estratégia global”.

No final da convenção em que foi eleito presidente da Iniciativa

Liberal, em janeiro de 2023, Rui Rocha estabeleceu uma meta eleitoral muito mais ambiciosa. “Vamos ter 15% e vamos acabar com o bipartidarismo em Portugal”, disse o sucessor de Cotrim de Figueiredo, quando tudo indicava, tendo em conta a maioria absoluta obtida pelo PS no ano anterior, que as próximas legislativas só se realizariam em 2026.

A antecipação das legislativas, na sequência da demissão de António Costa, ao ter o nome envolvido na *Operação Influencer*, limitou as expectativas de crescimento dos liberais, mas ainda assim os responsáveis do partido contavam resistir ao apelo do voto útil na Aliança Democrática e aumentar o grupo parlamentar para 12 deputados, com a eleição do quinto candidato por Lisboa, do terceiro pelo Porto e dos cabeças de lista de Leiria e Aveiro. Só o último, Mário Amorim Lopes, entrou para a Assembleia da República. Já na capital, sem Cotrim de Figueiredo e Carla Castro, a IL recusou e só elegeu três deputados.



Partido ficou aquém da expectativa de eleger mais deputados.

PROPOSTAS

Prioridades do manifesto

Refundação

Tiago Mayan e os demais subscritores do manifesto prometem refundar o partido com base em valores e princípios liberais, o que passa também por “apresentar uma liderança forte e carismática, verdadeiramente liberal”. Numa “visão coerente, ambiciosa e agregadora”, o manifesto quer que a Iniciativa Liberal seja um partido “ambicioso, capaz de reformar Portugal”, “aberto aos membros e à sociedade em geral” e que se baseie “na competência e na prova científica”. “Numa época marcada pela divisão e pela desilusão, esforçamo-nos por construir uma força política que defenda os valores liberais e adote atitudes reformistas, provocando mudança positiva”, lê-se no manifesto.

Comunicação

Os críticos da liderança de Rui Rocha dizem que o partido deve “adotar uma estratégia de comunicação sustentada no ideário liberal”. Algo que os subscritores do manifesto *Unidos pelo Liberalismo* consideram não estar a suceder atualmente, com os liberais a irem “a reboque do desenrolar dos acontecimentos”. De igual forma, defendem que o partido encontre as suas bandeiras, apostando numa mensagem “capaz de explicar as suas valias e eficácia”, enquadrando as propostas “na realidade do país, da sociedade e dos cidadãos”. Algo que também passa por um incentivo ao debate público, “estimulando que diferentes vozes liberais contribuam para a disseminação” da Iniciativa Liberal e das suas propostas, “de uma forma construtiva e informada”.

Democracia interna

Um dos pontos que maior celeuma tem provocado entre os liberais é a manutenção de inerências com direito a voto no Conselho Nacional, as quais abrangem todos os membros da Comissão Executiva. Entre os críticos, há acusações de que o órgão partidário que tem a missão de escrutinar o desempenho da liderança acaba por ser totalmente controlado por quem estiver a mandar no partido. Por outro lado, é dito que as estruturas locais devem ver reforçada a sua autonomia, o que não terá acontecido na definição dos candidatos às últimas legislativas.

João Cotrim de Figueiredo 2019-2023

De deputado único passou para um grupo parlamentar de oito em janeiro de 2022, meses após não eleger nenhum vereador (tirando o que estava integrado no movimento de Rui Moreira). Surpreendeu em outubro do mesmo ano, quando anunciou a antecipação de eleições internas e disse que não se recandidatava.



PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Rui Rocha 2023-

Contando com apoio de Cotrim de Figueiredo, e de quase todo o grupo parlamentar, o deputado eleito por Braga derrotou Carla Castro na convenção realizada em janeiro de 2023. Sob a sua liderança o partido elegeu nas regionais dos Açores e Madeira, mas nas legislativas não foi além de manter os oito deputados.



GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS



Pedro Nuno escreveu a Luís Montenegro para dar a conhecer a disponibilidade do PS em chegar a acordos para a Administração Pública.



"O Governo está fortemente empenhado em superar todas as dificuldades com a máxima rapidez. (...) [As negociações revestem-se] de especial complexidade."

Luís Montenegro
Primeiro-ministro

"Estou certo de que será possível trabalhar no sentido de construir esse acordo num prazo de 60 dias. (...) Está em causa a valorização das carreiras e dos salários dos trabalhadores da Administração Pública."

Pedro Nuno Santos
Líder do PS

Cartas entre Rato e São Bento põem pressão num Retificativo

CONSENSO Montenegro e Pedro Nuno Santos trocaram mensagens sobre futuros acordos. Pedro Nuno Santos não confirma um Orçamento Retificativo e diz que não vai rejeitar o Programa do Governo.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Tentar, no espaço de 60 dias, conseguir um acordo que possa resolver a situação de certos profissionais da Administração Pública é um "concretizar" daquilo que já havia dito em público, após a audição com o Presidente da República. As palavras são de Pedro Nuno Santos, líder do PS, em entrevista à TVI/CNN Portugal, onde não confirmou a ideia de "taticismo" político sobre uma eventual viabilização de um Orçamento Retificativo (OR).

Quando foi ouvido em Belém após as eleições, o secretário-geral socialista afirmou que estaria disponível a viabilizar o OR, caso respondesse às necessidades nas chamadas "matérias de consenso" (policías, médicos, professores e oficiais de justiça). Ou seja: passar um OR só será possível com essas questões resolvidas.

E foram precisamente essas matérias que levaram, ontem, o líder do maior partido da oposição a escrever uma carta a Luís Montenegro, primeiro-ministro. Na missiva, o secretário-geral do PS escreveu que o objetivo é "trabalhar em conjunto com o Governo com o objetivo de construir um acordo que permita encontrar soluções, se necessário em sede de orçamento retificativo, para um conjunto de matérias sobre as quais existe um amplo consenso político e partidário, manifestado durante a campanha eleitoral para as últimas eleições legislativas".

Mais tarde, na entrevista à TVI, Pedro Nuno Santos diria que estas matérias não podem ser adiadas até ao Orçamento do Estado (OE) porque "há um largo consenso" sobre elas. "Há um Governo que quer governar e, na oposição, estamos disponíveis para resolver os problemas que queremos resolver", avançou. Significa isto também disponibilidade para aprovar um Orçamento do Estado para 2025 [que será votado no final do ano]? Não. Esse documento, disse, "é uma visão para o país", é "muito

mais" do que aquilo que está a ser proposto, e a posição do PS é "muito distante daquela que tem a AD". Outra garantia deixada por Pedro Nuno Santos é, também, a de que não vai rejeitar o programa de Governo, que será entregue amanhã na Assembleia da República (e discutido e votado na quinta e sexta-feira). Depois de recebida a carta na parte da manhã, a resposta de São Bento chegou ao final da tarde. O PS quer sentar-se à mesa de negociações com o PSD para tentar chegar a um acordo para conseguir um acordo que possa resolver a situação de certos grupos profissionais da administração pública. E do lado do Governo há a disponibilidade para negociar.

Chega e liberais deixam críticas

Em reação a esta abertura de negociações entre Governo e PS, o Chega (pela voz de André Ventura) falou num "Governo de bloco central" até setembro. André Ventura considerou a carta como "normal", porque "a partir da tomada de posse, ficou claro que o PSD quer que o PS seja o seu interlocutor e, portanto, é com ele que tem de falar". Já a Iniciativa Liberal acusou a carta de ser "taticista" e de esquecer grande parte do país, ainda que o partido subscreva as preocupações plasmadas na missiva. "Trata-se da evidência e a confirmação de que Pedro Nuno Santos e o PS de Pedro Nuno Santos estão empenhados em fazer oposição ao PS de António Costa", disse Rui Rocha.

Na missiva, a que o DN teve acesso, o primeiro-ministro saúda a disponibilidade do líder socialista, dizendo que "constitui um exercício de responsabilidade política e compromisso".

O anúncio mais importante surge no quarto parágrafo, onde se lê

que o primeiro-ministro irá agendar, "oportunamente", uma reunião com Pedro Nuno Santos. Algo que deverá acontecer após "as negociações com as organizações representativas dos trabalhadores", algo que já estava alinhavado pelos socialistas na carta enviada de manhã. "O tempo e o modo de condução desses processos negociais serão, obviamente, definidos pelo Governo", frisa o primeiro-ministro.

que o primeiro-ministro irá agendar, "oportunamente", uma reunião com Pedro Nuno Santos. Algo que deverá acontecer após "as negociações com as organizações representativas dos trabalhadores", algo que já estava alinhavado pelos socialistas na carta enviada de manhã. "O tempo e o modo de condução desses processos negociais serão, obviamente, definidos pelo Governo", frisa o primeiro-ministro.

Consensos podem ser a chave

Esta não é a primeira vez que o PS manifesta abertura para um possível acordo com os sociais-democratas.

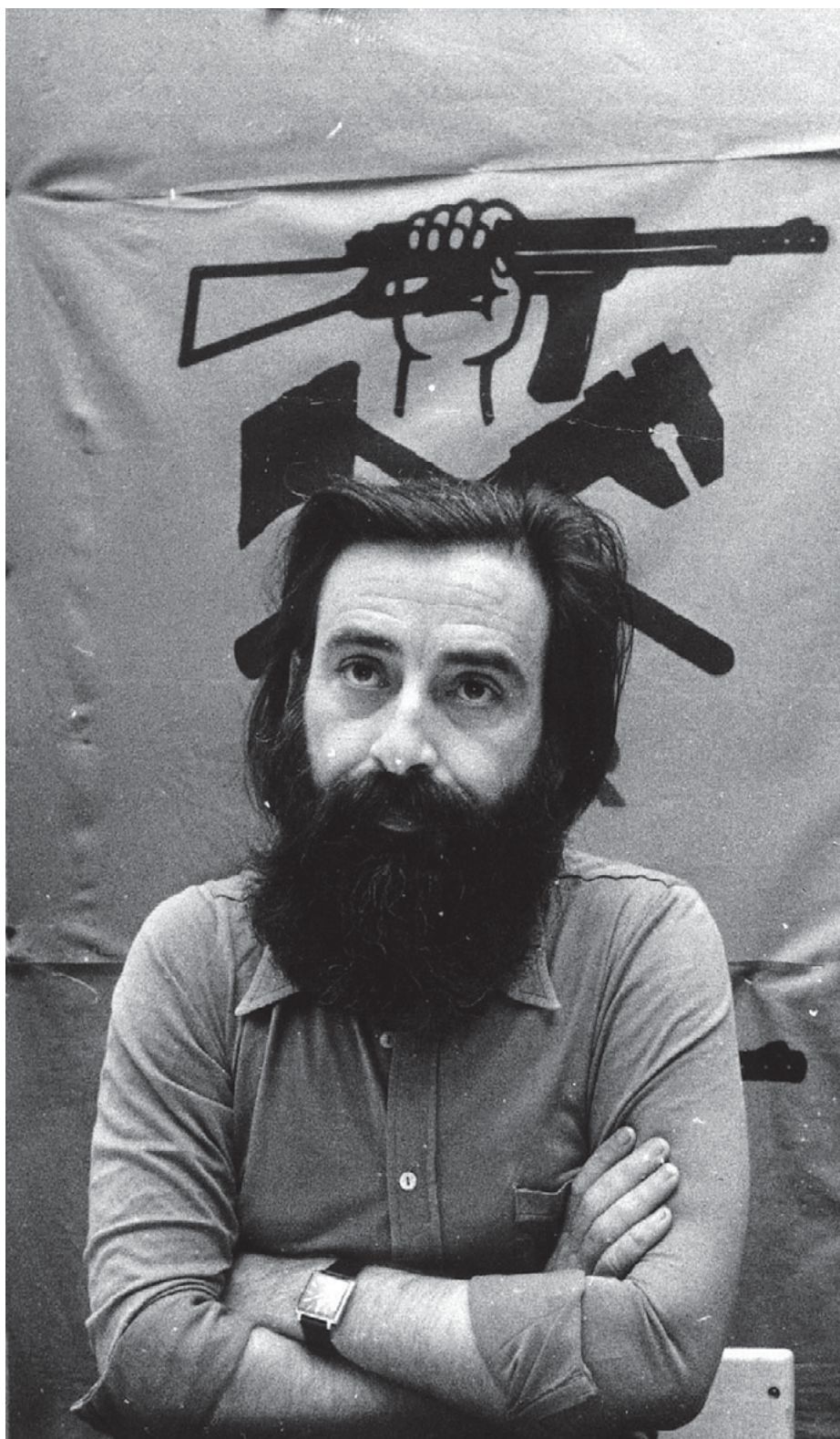
Na eleição para o presidente do Parlamento, PS e PSD entenderam-se num modelo de presidência rotativa, possibilitando a eleição de Aguiar-Branco por dois anos (a quem, presumivelmente, sucederá Francisco Assis num período igual). Com um quadro parlamentar instável e sem a existência de maioria absoluta, os acordos entre Governo e PS podem ser a chave para que o Executivo consiga ter as suas propostas viabilizadas. O próprio primeiro-ministro desafiou, na sua tomada de posse (que aconteceu há uma semana), o PS a "ser claro quanto à atitude que vai tomar: ser oposição democrática ou ser bloqueio democrático".

rui.godinho@dn.pt

As Brigadas Revolucionárias contadas na primeira pessoa

LIVRO Militante anti-fascista desde a adolescência, Carlos Antunes tornou-se um nome conhecido durante o PREC, como líder das Brigadas Revolucionárias. As suas memórias estão agora em livro, fixadas pela jornalista Isabel Lindim.

TEXTO MARIA JOÃO MARTINS



Em 1970, considerando-se antiestalinista, Carlos Antunes rompeu com o PCP, em boa parte como protesto pela invasão soviética da Checoslováquia. Foi então que formou as Brigadas Revolucionárias, responsáveis por várias ações diretas contra estruturas do regime.



MEMÓRIAS DE UM REVOLUCIONÁRIO
Isabel Lindim
Oficina do Livro
224 páginas

Para quem, como a autora deste texto, cresceu a ver, escrita sobre as paredes de Lisboa, a frase “Liberdade para Isabel do Carmo e Carlos Antunes”, este livro, *Memórias de um Revolucionário* (ed. Oficina do Livro) é um pouco o esclarecimento a muitas perguntas feitas nessa época. Mas é muito mais do que isso. Nele, a jornalista Isabel Lindim, filha de Isabel do Carmo e enteada de Carlos Antunes, dá voz a este último, que, para quem não saiba, foi um militante antifascista desde tenra idade, primeiro no Partido Comunista e, depois, como fundador das Brigadas Revolucionárias. O resultado é um documento precioso sobre um tempo particularmente rico da vida portuguesa, contado com uma vivacidade que não exclui sequer o sentido de humor.

Como conta Isabel Lindim na introdução, esta obra resulta de duas longas entrevistas feitas a Carlos Antunes, uma gravada por ela própria e Anzé Persin e a outra pela cineasta Margarida Gil. Após a morte de Carlos, em 2021, considerou-se que importava prosseguir o objetivo de dar forma de livro a estas memórias, cheias de peripécias, mas também imbuídas de uma consciência social e política, que começou bem cedo, na Aldeia de São Pedro, Concelho de Vieira do Minho, onde o protagonista nasceu, em 1938.

Filho de pais com algumas posses, o pequeno Carlos cedo reparou que nem todos tinham a mesma sorte, o que, como se nota logo no princípio do livro, o terá impressionado: “(...) Havia uma vizinha minha que era uma mulher solteira, vivia sozinha num casebre e todos os dias acendia a lareira para fazer comida ao fim da tarde, mas não tinha dinheiro para comprar uma caixa de fósforos e então saía à porta de casa, via qual era a casa que estivesse mais perto dela com a chaminé a deitar fumo e ia lá com meia telha pedir umas brasas para fazer o seu próprio fogo (...)” E conclui a propósito: “A sensação que eu tinha é que as pessoas estavam completamente amorfas e dominadas, a miséria era tanta que ninguém tinha capacidade sequer para compreender por que é que ela existia tão violentamente.”

Esta consciência levá-lo-á, menino e moço, à militância no Partido Comunista e, naturalmente, à clandestinidade. O que conta com um sentido de humor e finura, que raramente encontramos neste tipo de relatos. É quando o partido decide que estava na altura de Carlos ir para a Roménia, para a Rádio Portugal Livre, que este faz uma descoberta desconcertante: “(...) Descobri que no estrangeiro Cunhal usava a minha identidade. Funcionava como se fosse eu. E, na minha opinião, eles levam-me para a Roménia, por um lado, porque tinham necessidade de quadros na Roménia, por outro para eu não poder ser tocado, quer dizer, em nenhuma



Isabel Lindim
Jornalista

condições eu podia ser preso. Para o Cunhal poder andar com a minha identidade, em segurança.”

O resultado é uma espécie de heteronímia *malgré lui*: “Quando cheguei à Roménia, usava o pseudónimo de Sérgio Gomes. O Cunhal é que se chamava Carlos Antunes nessa altura. A minha ex-mulher chamava-me Carlos, mas há pessoas que foram minhas mulheres que não me chamam Carlos. A Isabel chama-me sempre Sérgio, e há outras pessoas da família que não me chamam Carlos.”

Mas, em 1970, considerando-se antiestalinista, rompeu com o PCP, em boa parte como protesto pela invasão soviética da Checoslováquia. Foi então que formou as Brigadas Revolucionárias, responsáveis por várias ações diretas contra estruturas do regime. Como as militares: “Nós achávamos que a Guerra Colonial era um fator de rutura com o regime. Portanto provocar a destruição de meios e de material, impedir o Exército de se organizar para fazer a guerra era não só um dever de solidariedade com os povos das colónias, mas também um ato imediatamente percebido pelos soldados e pela população.”

Apesar de muito procurado pela PIDE, Carlos Antunes conseguiu evitar a prisão. O que não aconteceu após o 25 de Abril, quando foi acusado de autoria moral de assaltos a bancos e da decapitação de uma estátua de Salazar, em Santa Comba Dão. Em 1978 foi preso no decorrer de uma operação policial, vindo a ser julgado e condenado em 1979. Mas este julgamento seria anulado e repetido em 1982, altura em que foi absolvido. Estaria depois na linha da frente do movimento que se bateu pela libertação de Otelo Saraiva de Carvalho, entretanto condenado no âmbito do processo das FP-25.

O que tornou Carlos Antunes este combatente incansável? Nas suas próprias palavras, são opções nem sempre explicáveis: “Têm que ver com os sentimentos, têm que ver com a nossa própria infância, têm que ver com os nossos pais, com os nossos amigos, com aquilo que se aprendeu ao longo da idade, sobretudo na adolescência e depois, a dada altura, estamos a tomar opções que nos aparecem como sendo as únicas possíveis, sem termos muita consciência dos perigos que estamos a correr.”

PCP propõe Comissão Parlamentar de Inquérito à privatização da ANA

PARLAMENTO Comunistas esperam apoio de outras bancadas para se investigar o que apelidam de “um dos negócios mais ruinosos para o Estado de que há memória”.

O PCP propôs ontem a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à privatização da ANA Aeroportos em 2013, durante um Governo PSD/CDS, considerando que foi “um dos negócios mais ruinosos para o Estado de que há memória”. Em conferência de imprensa na Assembleia da República, o deputado do PCP António Filipe referiu que, em 2013, tinha sido publicitado que o valor da ANA correspondia a 3,08 mil milhões de euros, mas foi vendida ao grupo francês Vinci por 1,128 mil milhões de euros, “pouco mais de um terço do que tinha sido publicitado”.

António Filipe destacou ainda que a venda foi concluída depois de “ter sido feito um contrato de concessão por 50 anos de toda a rede aeroportuária nacional à ANA, então ainda empresa pública, por 1200 milhões de euros”.

“A venda da ANA Aeroportos à multinacional Vinci tem-se revelado um dos negócios mais ruinosos para o Estado de que há memória, isso vem comprovado num recente relatório do Tribunal de Contas, que é arrasador relativamente a esta privatização”, sublinhou.

Além do facto de o valor da venda ter ficado “muitíssimo abaixo da estimativa que tinha sido publicitada”, António Filipe referiu que o relatório do Tribunal de Contas, divulgado em janeiro, também critica a distribuição de dividendos prevista ao longo da concessão. “Prevê-se que a Vinci tenha um lucro de 20 mil milhões de euros durante a concessão, e que a divisão de receitas entre a Vinci e o Estado português será de 79% para a Vinci e 21% para o Estado português, o

que é completamente invulgar, mesmo relativamente a situações desta natureza”, afirmou o deputado do PCP, sustentando ainda que, neste negócio, houve “uma promiscuidade absoluta” entre os diferentes intervenientes e referindo que, depois de decidida a privatização, o “Estado nomeou uma nova administração para a ANA Aeroportos, que não tinha qualquer experiência anterior nesta matéria, e é anunciado pela Vinci que essa administração transitaria para a administração privada”.

“Quando se fala de portas giratórias, nós aqui estamos perante algo de mais grave. Isto não é uma porta giratória, é uma passadeira vermelha, em que a administração nomeada para uma empresa por parte do Estado transita assumidamente para a empresa que a veio a adquirir”, frisou.

Outro dos “elementos extremamente preocupantes” deste negócio, prosseguiu António Filipe, prende-se com o facto de o Estado, “de forma incompreensível, ter oferecido à Vinci os dividendos de 2012, que eram dividendos do Estado no valor de 81 milhões de euros”.

“Portanto, há aqui um negócio absolutamente ruinoso para o Estado, que envolve uma situação de promiscuidade inaceitável entre titulares de cargos públicos e interesses da empresa privada, (...) para além de ter havido irregularidades denunciadas pelo Tribunal de Contas no seu relatório, que tem a ver com dúvidas sobre a veracidade da documentação apresentada”, salientou.

O deputado do PCP defendeu que “é preciso ouvir os decisores”, recordando que, quando a ANA Aeroportos foi vendida em 2013, o primeiro-ministro era Pedro Passos Coelho, o ministro das Finanças era Vítor Gaspar, o ministro da Economia era Álvaro Santos Pereira e o secretário de Estado das Infraestruturas era Sérgio Monteiro.

Questionado sobre qual é a sua expectativa quanto à eventual aprovação desta proposta, António Filipe recordou que o PCP não tem deputados suficientes para a impor – seriam necessários 46 –, e sustentou que, numa altura em que se fala tanto “da necessidade de combate à corrupção e de defender o interesse público”, esta é uma ocasião para “todos os partidos assumirem as suas responsabilidades”.

DN/LUSA

BREVES

Migrações terão “centralidade política”

O Ministério da Presidência do Conselho de Ministros vai ficar com a tutela das migrações, disse fonte governamental à Lusa, salientando que o tema ganhou centralidade política neste Governo, apesar de ter perdido o título de Secretaria de Estado. “O tema das migrações ficou com uma presença governamental mais forte porque se aproximou mais do centro político do Governo. O tema está hoje na Presidência do Conselho de Ministros, na tutela do ministro e na ação de responsabilidade do secretário de Estado Adjunto da Presidência”, Rui Armindo Freitas, disse fonte do Executivo, acrescentando que o assunto “está na agenda do Governo” e continua a ser relevante. “A única diferença é que não tem o nome numa secretaria”, mas isso “não significa que deixe de ser importante”, frisou a fonte do Governo.

Marisa Matias suspende mandato temporariamente

A deputada do BE Marisa Matias suspende temporariamente o mandato, a partir de amanhã, devido a uma intervenção cirúrgica que já estava planeada antes das eleições e será substituída por Isabel Pires, disse à Lusa fonte do partido. Durante este período de ausência de Marisa Matias será Joana Mortágua a ocupar as funções de vice-presidente da bancada parlamentar. A antiga eurodeputada estará fora do Parlamento a partir de amanhã para a realização de uma intervenção cirúrgica prevista desde antes das eleições” e retomar o seu mandato assim que seja possível do ponto de vista clínico. Nas últimas eleições legislativas, Marisa Matias encabeçou a lista do BE pelo Círculo Eleitoral do Porto, sendo esta a sua estreia na Assembleia da República, depois de ter estado no Parlamento Europeu desde 2009.



Opinião
Pedro Cruz

Uma minoria, um Governo, um Presidente

O sonho de Sá Carneiro quando fez a AD, de ter “uma maioria, um Governo e um Presidente”, só haveria de concretizar-se décadas mais tarde, com Passos Coelho em São Bento e Cavaco em Belém. Montenegro terá o mesmo sonho, mas falta-lhe a maioria. Para já tem apenas um Governo e um Presidente. E tem um Governo frágil, entalado entre o PS e o Chega, obrigado a falar com ambos. Não basta prometer diálogo com “todos, todos, todos”. É preciso dar os passos certos para concretizar esse diálogo, com muito trabalho de bastidores e capacidade de abertura e flexibilidade. Pedro Nuno pode explicar como se faz.

Até agora, as poucas palavras de Montenegro indicam que Cavaco Silva é um dos seus mentores. Desde o “deixem-nos trabalhar”, até à recuperação das “forças de bloqueio”, passando por afirmar que as notícias não afetarão o rumo do Governo, a cartilha está lá toda.

Acontece que já não estamos nos Anos 80 e 90, o mundo e a sociedade muda-

ram muito e há as redes sociais, esse fenómeno que Cavaco não teve de enfrentar.

A cartilha corre o risco de estar desatualizada e os silêncios prolongados do primeiro-ministro não são bons conselheiros na era da comunicação instantânea.

Com o PS disponível para um Orçamento Retificativo para aumentar classes profissionais, Montenegro pode aproveitar essa boleia, mas já perdeu a iniciativa. Foi Pedro Nuno quem escreveu ao primeiro-ministro, precisamente porque só teve silêncio quando verbalizou a disponibilidade socialista para um acordo que permitisse cumprir uma promessa eleitoral de ambos os partidos.

O primeiro teste da minoria vai ser a votação do Programa do Governo. Com uma moção de rejeição anunciada, vai ser interessante perceber quem vota a favor. Mais uma vez, o PS tomou a iniciativa e avisou que não será obstáculo ao Governo. O Chega muito dificilmente votará ao lado do PCP, pelo que parece assegurado que teremos Governo com programa.

Os próximos meses serão de tática política. O que as sondagens forem dizendo vai condicionar a ação dos três principais partidos. O PS atacará se perceber que, havendo eleições antecipadas, pode ganhar. O Chega já antecipa que terá mais votos e mais mandatos nas próximas eleições. E o PSD espera que se repita 1987, que quem derrube o Governo seja penalizado e que a minoria se transforme em maioria.

Pelo meio de tanta tática e estratégia é preciso governar. Com Governo e Presidente. Isso da maioria depois logo se vê.

Jornalista



António Filipe
Deputado do PCP

“
Com o PS disponível para um Orçamento Retificativo para aumentar classes profissionais, Montenegro pode aproveitar essa boleia, mas já perdeu a iniciativa.”



Opinião Brigadeiro-general Duarte da Costa

Participação cívica alargada e imperativa ou Serviço Militar Obrigatório?

Declaração inicial: discutir a existência de um Serviço Militar Obrigatório (SMO) em Portugal, obriga-me a um exercício de equilíbrio entre razão e emoção por forma a não me deixar influenciar por análises superficiais e soluções que apontam apenas para a resolução de problemas num dos segmentos de uma cadeia de valor muito mais ampla e abrangente, ou seja, não se pode pretender resolver questões da defesa militar, deixando de fora da equação a questão da segurança como um todo. E quando nos arrojam para opções que interferem com a vida e a liberdade das pessoas, fatores identitários de cidadania, temos também de estar preparados para discutir essa mesma cidadania e a segurança da nossa própria comunidade, tal como a conhecemos.

Como um dos participantes no atual processo de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, sempre defendi uma leitura abrangente do conceito alargado de Segurança do Estado, que envolve pilares como a defesa, a segurança interna e a segurança humana, entre outros. E é nessa mesma ótica que tento analisar a questão do SMO e que razões ponderáveis nos poderiam, ou não, levar a reconstituir um modelo do passado, adaptado às exigências do mundo atual.

Várias são as razões que apontam para a viabilidade ou mesmo necessidade da reintrodução do SMO em Portugal. A saber:

- numa altura em que o voluntariado está em crise e que as forças militares lutam com uma gritante falta de efetivos, pode garantir um aumento no efetivo das Forças Armadas, ajudando a fortalecer a capacidade de defesa do país num ambiente global incerto e potencialmente hostil. Este tem sido o argumento mais difundido, e levanta-se aqui a questão do emprego operacional destes militares na defesa das fronteiras de segurança externas de Portugal (emprego fora do território nacional);

- quando tanto se fala em resiliência do país, em caso de emergências nacionais, desastres naturais, ameaças terroristas ou outros cenários de crise, um contingente adicional de cidadãos treinados e preparados poderia ser fundamental para uma resposta mais eficaz do Estado em complemento dos sistemas de proteção civil e emergência;

- pode promover a integração de jovens de diferentes origens sociais, culturais e económicas, contribuindo para a coesão social e o sentimento de pertença à Nação e, de uma forma abrangente, à totalidade

da comunidade nacional, contribuindo para o fortalecimento de um sentimento de cidadania participativa;

- pode ser uma oportunidade para transmitir valores cívicos, éticos e de responsabilidade aos jovens, promovendo o sentido de dever para com a comunidade e o país;

- Pode proporcionar aos jovens capacitação em diversas áreas, como liderança, trabalho em equipa, disciplina, gestão do tempo e resolução de problemas, que pode ser valiosa nos seus desempenhos futuros, tanto no âmbito profissional quanto pessoal.

Mas também se encontram diversas razões que desaconselham a reintrodução do SMO. A saber:

- o SMO pode ser visto como uma restrição à liberdade individual dos cidadãos, obrigando-os a dedicar um período de suas vidas a atividades militares, mesmo que não tenham interesse ou aptidão para tal;

- o recrutamento de voluntários permite que as Forças Armadas selecionem candidatos com base em critérios específicos de aptidão e capacidade, resultando em uma força militar potencialmente mais eficiente e bem treinada, ao invés do produto operacional do SMO;

- o recrutamento voluntário é também potencialmente mais económico do que o SMO, que implica custos adicionais para fardamento, equipamento, treino e alojamento de um grande contingente de recrutas;

- o cenário de conflitos e ameaças à segurança mudou significativamente nas últimas décadas, com a ascensão de novas formas de conflito, como ciberataques, terrorismo internacional e ameaças híbridas. Neste contexto, as Forças Armadas precisam de contar com pessoal altamente especializado e treinado em áreas específicas, sendo, neste sentido, mais eficaz o recrutamento voluntário. Basta recordar o quão específico e especializado é hoje a utilização dos modernos sistemas de armas;

- o SMO pode levantar questões de discriminação e exclusão, especialmente em relação a minorias étnicas. Ao invés, um recrutamento voluntário promove a diversidade e a inclusão nas Forças Armadas, refletindo a sociedade como um todo.

Desta forma, embora o estado de conflitualidade que hoje em dia se vive possa levantar a discussão sobre a validade do SMO, ainda existem argumentos válidos contra a sua implementação, que devem ser considerados à luz das necessidades e valores de cada sociedade, num determinado momento.

Importa referir, como comecei por dizer, que não se pode pretender resolver questões da defesa militar recorrendo ao SMO e deixando de fora da equação a questão da segurança como um todo e, nesse aspeto, valores como cidadania, pertença e identidade têm de ser equacionados para a relevância deste assunto. E parece ser por demais evidente o distanciamento da generalidade dos jovens de hoje em dia face a questões de identidade nacional, de valor da comunidade e da partilha do esforço comum para um bem social maior.

Acredito que os valores humanistas e de liberdade democrática em que acreditamos não nos podem fazer desligar dos deveres de cidadania ativa e de pertença à comunidade, e importa, na minha opinião, mais do que falar do SMO, assumir a mais-valia de uma participação cívica alargada imperativa, por um determinado período, de todos os jovens cidadãos que vivem em Portugal, e que relevasse uma participação social e integrada dos mesmos em serviços do Estado que promovam a partilha de um sentimento comum de pertença ao País e que, numa conceção alargada de segurança, contribui para a consciencialização dos jovens na importância da defesa de Portugal e do seu modelo de sociedade.

Neste sentido, a implementação de uma participação cívica alargada e imperativa em vez de um SMO pode ser considerada vantajosa por várias razões:



Não se pode pretender resolver questões da defesa militar recorrendo ao SMO e deixando de fora da equação a questão da segurança como um todo e, nesse aspeto, valores como cidadania, pertença e identidade têm de ser equacionados para a relevância deste assunto.”

- pode envolver uma variedade de atividades e projetos que vão além das competências militares, permitindo que os participantes contribuam de acordo com as suas aptidões e interesses, resultando numa força de trabalho mais diversificada e eficaz;

- pode ser direcionada para projetos que beneficiam diretamente a comunidade local e nacional, como assistência social, educação, saúde, preservação ambiental, proteção civil e defesa militar (sim, também a defesa militar para os que quiserem cumprir essa participação nas Forças Armadas), entre outros, promovendo um senso de responsabilidade cívica e fortalecendo os laços entre os cidadãos e suas comunidades;

- pode proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal, como o aperfeiçoamento de aptidões de liderança, trabalho em equipa, empatia e resolução de problemas;

- pode ser estruturado de forma a promover a igualdade de género, inclusão de minorias e respeito da diversidade, criando um ambiente mais inclusivo e equitativo para todos os participantes;

- em alguns contextos, pode ser uma alternativa mais pacífica e construtiva ao SMO, promovendo a resolução de conflitos de forma não-violenta e incentivando a cooperação e o diálogo.

No entanto, considero que a implementação de uma participação cívica alargada e imperativa também pode ter desafios a serem abordados, como a logística e recursos para a sua implementação, o financiamento adequado dos programas, a garantia dos direitos dos participantes, a criação de incentivos, tais como créditos de habilitações (elementar e/ou universitária) e a qualidade das atividades oferecidas.

Importa ressaltar que o regresso do SMO levanta questões éticas, de Direitos Humanos e de liberdade individual, e que a implementação de tal medida deve ser cuidadosamente ponderada, levando em consideração os valores democráticos e os interesses da sociedade como um todo. E a decisão sobre a sua validade e implementação não pode ser deixada à mercê de conjecturas ideológicas, mas sim da essencialidade de tal medida para a sobrevivência da nossa sociedade tal como a conhecemos.



Receção aos estudantes estrangeiros na Universidade do Porto.

Universidades vão ter “semestre zero” para alunos dos PALOP

ENSINO SUPERIOR Medida visa facilitar integração de estudantes estrangeiros, promovendo o sucesso académico. Diretores de escolas querem modelo também no Ensino Básico e Secundário.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

A implementação de um “semestre zero” para a integração dos estudantes vindos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para os estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal é uma das principais sugestões saídas do *Perfil do Estudante dos PALOP nas Instituições do Ensino Superior em Portugal: caracterização, expectativas, constrangimentos*, estudo realizado entre 2015 e 2021 e agora divulgado.

O documento sugere um período preparatório para os alunos estrangeiros, para favorecer a integração e responder à forte procura, principalmente nas instituições do Interior do país. Uma das autoras do documento, Clara Carvalho, do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), explica ao DN que os alunos africanos “não têm falta de competências em termos académicos, mas têm muita dificuldade de integração, não conhecem as matérias, não conhecem a forma de ensino e têm, muitas vezes, dificuldades linguísticas”. Por isso, um “semestre zero” afigura-se como crucial para estes estudantes.

A medida já foi anunciada pelo anterior Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e tem implementação prevista para o próximo ano letivo.

As universidades em Portugal estão, assim, a preparar-se para uma mudança significativa no acolhimento de estudantes estrangeiros. Esta iniciativa, que visa facilitar a transição e integração desses alunos, surge como resposta aos desafios enfrentados por aqueles que procuram ingressar no Ensino Superior português.

Nos últimos anos, o sistema de Ensino Superior em Portugal registou um aumento muito grande de estudantes dos PALOP, nomeadamente os guineenses, que tiveram um incremento de 900%, entre 2015 e 2021. Segundo Clara Carvalho “este fenómeno é resultado de políticas de acesso ao Ensino Superior implementadas desde 1999, culminando num decreto-lei de 2018, que flexibilizou os requisitos da obrigatoriedade de bolsas de estudo para estudantes estrangeiros, desde que alguém se responsabilize por eles”.

“Houve um grande acréscimo nessa altura e vieram muitos alunos de Angola e Cabo Verde. Todas as nacionalidades subiram em número absoluto, mas mais com alunos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau”, adianta.

Clara Carvalho explica que o “semestre zero” oferece aos alunos uma formação abrangente, incluindo português, inglês, matemática, ciências e tecnologias da infor-

mação e comunicação (TIC), preparando os alunos para o currículo universitário. “Esta medida tem como objetivo primordial garantir o sucesso académico dos estudantes internacionais, fornecendo-lhes as competências necessárias para enfrentarem os desafios do Ensino Superior em Portugal”, sublinha.

O “semestre zero” será, ainda, essencial para contornar os problemas financeiros dos alunos oriundos dos PALOP. Isto porque “muitos chegavam já a meio do ano letivo e tinham de pagar as propinas de um semestre que não tinham frequentado”.

“Muitas vezes, chegam muito tarde e acontecem problemas sucessivos. Perdem o 1º semestre e, às vezes, o 2º semestre (podem che-

gar até março). Até agora, eram obrigados a pagar as propinas desse ano e desse semestre que não tinham frequentado. Não só chegavam tarde, como chegavam logo com um problema financeiro acrescido”, frisa a professora.

Questões agora ultrapassadas com o novo modelo de integração para alunos estrangeiros. Nas recomendações, os autores do estudo admitem também a criação de “provas de ingresso aos estudantes dos regimes especiais provenientes de países sem exames nacionais”.

A agilização do processo de atribuição de vistos ou contactos diretos entre instituições de diferentes países são outras das propostas dos autores.

Diretores escolares defendem sistema semelhante para Ensino Básico e Secundário

Muitos dos problemas que afetam os estudantes estrangeiros na integração nas universidades e politécnicos são transversais a todos os ciclos de ensino. Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP) alerta para as dificuldades que os alunos enfrentam e pede, por isso, que o novo Ministério da Educação ponha em prática “melhorias no acolhimento às crianças/alunos imigrantes”.

Milhares de alunos estrangeiros estudam em Portugal

Segundo o site oficial do Governo, o número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior atingiu um número recorde no ano letivo 2022/2023, com 446 028 alunos — um acréscimo de 12 811 face ao ano letivo anterior, traduzindo-se num aumento de 3%. Desde o ano letivo 2015/16 o aumento é de 24%. Já no Ensino Básico e Secundário, quase um em cada dez alunos são estrangeiros. Segundo o relatório *Estado da Educação 2022* (divulgado no passado mês de fevereiro), em 2021/2022, estavam matriculados 1,2 milhões de estudantes. As escolas eram frequentadas por 105 855 crianças e jovens de nacionalidade estrangeira, oriundos de mais de 200 países.

“A oferta de Português Língua Não-Materna deverá ser alargada em virtude das novas demografias, requerendo que se receba, do melhor modo possível, as crianças e os jovens que diariamente chegam às escolas públicas provenientes dos quatro cantos do mundo. A aprendizagem da língua de Camões é fundamental, investindo-se enormemente na eficácia de acolhimento de pessoas que se aventuram em procurar oportunidades para uma vida melhor”, sustenta.

O presidente da ANDAEP diz ser necessário atribuir mais autonomia às escolas para que “não estejam condicionadas aos critérios de atribuição das escassas cinco horas semanais a grupos de um mínimo de dez alunos”, à luz da lei atual. “As especificidades do contexto real de cada escola afiguram-se como oportunidades para progredir e são melhor enfrentadas sem limitações impostas por parte de quem lidera”, defende.

Para Filinto Lima, “a sociedade não se pode alhear do presente desafio e todas as instituições deverão contribuir, em colaboração estreita, para um acolhimento facilitador e integrador”. “Devem ser criadas, progressivamente, condições favoráveis de aprendizagem, promotoras de esperança para todos, tendo em conta a necessária socialização”, alerta.

O presidente da ANDAEP acredita que os alunos portugueses também beneficiam com as novas dinâmicas e interações multiculturais, “pois podem aperfeiçoar/praticar o inglês (muitos alunos estrangeiros dominam esta língua), conhecer características, hábitos e costumes dos países de onde os seus novos colegas são oriundos, naturalmente diferentes dos portugueses, e, assim, expandir a sua visão do mundo que os rodeia, para além daquilo que lhes é ensinado e transmitido nas escolas”.

Alunos africanos “não têm falta de competências em termos académicos, mas têm muita dificuldade de integração”, refere Clara Carvalho.



Fernando Alexandre na Escola Rodrigues de Freitas, no Porto, em debate sobre o 25 de Abril.

Novo ministro decide esta semana sobre provas digitais

EDUCAÇÃO Diretores de escolas reuniram com o novo responsável e esperam que Fernando Alexandre reverta decisão do anterior Governo.

TEXTO RUI FRIAS

Filinto Lima saiu da reunião com o novo ministro da Educação com uma “nota positiva” e esperançado em que Fernando Alexandre reverta a decisão do anterior Governo, que impôs a realização das provas nacionais do 9.º ano de escolaridade em formato digital, neste ano letivo, juntando-se às provas de aferição de 2.º, 5.º e 8.º anos, que já no ano letivo anterior foram realizadas em formato eletrónico.

Ao DN, o presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP) deu conta de uma reunião positiva, em que o atual titular da pasta da Educação mostrou “sensibilidade” face aos argumentos apresentados para pedir a reversão dos exames digitais e prometeu uma decisão “ainda para esta semana”, referiu Filinto Lima. De resto, já de manhã, à margem de um debate sobre o 25 de Abril em que acompanhou o Presidente da República, no Porto, o ministro Fernando Alexandre deixara já esse compromisso, de forma pública: “Teremos de tomar esta decisão esta semana e não adiar mais.”

Segundo o DN apurou, a reversão do formato poderá ser anunciada após a aprovação do Programa do Governo, que será debatido na Assembleia da República nos próximos dias 11 e 12, quinta e sexta-feira. Mas Fernando Alexandre não se comprometeu ainda com qualquer decisão, na reunião mantida com os diretores escolares, de acordo com Filinto

Lima: “Ficou de ouvir mais representantes e entidades educativas e avaliar as condições para a realização dos exames num ou noutro formato.”

O presidente da ANDAEP insiste que o que está em causa não é a transição digital. “O caminho futuro é esse e o ministro deixou claro que é muito favorável a isso, tal como nós”, disse Filinto Lima ao DN. O que leva o representante dos diretores de escolas a pedir a reversão para o formato papel este ano “são os constrangimentos detetados em várias escolas, que fazem com que possa estar em causa o princípio de equidade no acesso à realização das provas”. “Temos nas escolas computadores avariados à espera de serem reparados, há alunos sem computadores há vá-

rios meses, porque não há técnicos para reparar os equipamentos”, reforça o dirigente.

A garantia de equidade entre os alunos tinha sido já uma preocupação evidenciada pelo ministro da Educação, Ciência e Inovação na sua intervenção perante os jornalistas, de manhã, no Porto, onde se queixou da falta de um plano B por parte do seu antecessor no ministério. “É preciso garantir equidade entre todos os alunos. O Governo anterior não deixou nenhum plano B. Por exemplo, questões logísticas: se for necessário papel para realizar os exames em papel, esse papel, neste momento, não existe”, lamentou Fernando Alexandre, que reconheceu “urgência em tomar uma decisão”.

“Estamos a recolher mais informação para termos o máximo de informação e garantirmos que os estudantes vão poder, em todo o território nacional, realizar as provas em condições de equidade. Nenhum aluno pode ser prejudicado pelo facto de a sua escola não ter as condições adequadas”, concluiu.

Na reunião mantida à tarde com os diretores de escolas, houve espaço ainda para abordar outros “constrangimentos” atuais na Educação, “como a escassez de professores, a devolução do tempo de carreira aos docentes ou a avaliação”, disse ao DN Filinto Lima, que registou a “disponibilidade” demonstrada pelo novo ministro para “continuar a debater os temas do setor em reuniões futuras”.

● “O Governo anterior não deixou nenhum plano B. Por exemplo, questões logísticas: se for necessário realizar os exames em papel, esse papel, neste momento, não existe”, lamentou o ministro.



JÁ NAS BANCAS

NESTA EDIÇÃO

SINGLE TRAVEL

O prazer de viajar sozinho

IRLANDA

Roteiro para os amantes dos pubs

ESPANHA

Corunha, onde mar e cultura se fundem

ASSINE AQUI





ANDRÉ ROLO / GLOBAL IMAGENS

Diretor-executivo do SNS destaca investimento “numa das áreas mais relevantes” da medicina.

12 milhões para melhorar Serviços de Gastrenterologia

SNS É um despacho assinado ainda pelo antigo ministro da Saúde Manuel Pizarro e destina-se a melhorar equipamentos e infraestruturas.

A Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (DE-SNS) lançou uma linha de financiamento específica com 12 milhões de euros para a atividade clínica de gastrenterologia, nomeadamente para comprar equipamentos e melhorar infraestruturas.

Segundo informação divulgada pela DE-SNS, são elegíveis para este programa as despesas na compra de equipamentos para os Serviços de Gastrenterologia, nomeadamente “equipamentos médicos considerados indispensáveis para a prestação de cuidados de saúde de qualidade”, estudos e projetos de intervenção infraestrutural nos Serviços de Gastrenterologia, assim como as próprias obras.

De acordo com o despacho publicado em *Diário da República* na semana passada, assinado pelo anterior ministro da Saúde, Manuel Pizarro, o financiamento a atribuir insere-se no âmbito do processo de contratualização de cuidados de saúde no SNS e é formalizado mediante adenda ao contrato-programa das Unidades de Saúde do SNS para 2024, até ao limite de 12 milhões de euros.

Os projetos que podem beneficiar de incentivos financeiros devem incluir a realização de obras em Serviços de Gastrenterologia ou compra de equipamentos para es-

tes serviços de valor individual superior a 15 mil euros.

O Programa de Incentivo Financeiro à Qualificação dos Serviços de Gastrenterologia do SNS prevê que os projetos estejam concluídos até final deste ano. O financiamento pode atingir até 100% do valor das despesas elegíveis, sendo valorizadas as candidaturas que consigam apoios exteriores ao Ministério da Saúde – autarquias locais, entidades privadas, ou outras.

Melhorar rastreio, diagnóstico e tratamento oncológicos

Em comunicado, o diretor executivo do SNS, Fernando Araújo, destaca que a aposta na requalificação dos Serviços de Gastrenterologia “é

um investimento numa das áreas mais relevantes da medicina e assegura condições para melhorar não apenas o rastreio oncológico, quer do cancro colorretal, quer do cancro gástrico, como o seu diagnóstico e efetivo tratamento”.

O anúncio do arranque dos primeiros Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) dedicados à gastrenterologia, que vão avançar em seis unidades do SNS, foi feito em março. Na altura, a portaria publicada explicava que os projetos-piloto para a gastrenterologia iam arrancar nas Unidades Locais de Saúde de Coimbra, hospitais de Santa Maria, Santo António, São João, São José e Instituto Português de Oncologia de Coimbra, com a duração de nove meses.

Em Portugal, as doenças oncológicas estão entre as principais causas de morte, nomeadamente os tumores do sistema gastrointestinal. O cancro do cólon e reto é o segundo tipo de cancro mais frequente em Portugal, sendo responsável por 9% dos óbitos por cancro, e o do estômago é o quinto mais frequente, causando 8% dos óbitos por cancro.

A doença hepática crónica é causadora de múltiplas complicações que se associam à necessidade de admissão hospitalar frequente e redução da qualidade de vida dos utentes.

DN/LUSA

Vaticano diz que teoria de género e “barrigas de aluguer” violam dignidade humana

RELIGIÃO Conclusão resulta do documento *Dignitas Infinita*, aprovado pelo Papa. Foi publicado pelo Dicastério para a Doutrina da Fé após cinco anos de trabalho.

O Vaticano divulgou ontem um novo texto dedicado ao respeito pela “dignidade humana”, que critica as “barrigas de aluguer”, a mudança de sexo e a “teoria de género”, defendendo os direitos das pessoas LGBTQIA+ e dos migrantes. Designado de *Dignitas Infinita*, o texto aprovado pelo Papa Francisco resulta de cinco anos de trabalho e foi publicado pelo Dicastério para a Doutrina da Fé, o poderoso órgão da Santa Sé responsável pelo dogma que lista casos de “violações concretas e graves” da dignidade.

A maternidade de substituição ou “barrigas de aluguer” é descrita como estando “em total contradição com a dignidade fundamental de cada ser humano”, uma prática deplorável através da qual “a criança, imensamente digna, se torna um mero objeto”. A propósito, é recordado o apelo do Papa para que “a comunidade internacional se comprometa a proibir universalmente esta prática”.

Criticada veementemente é a mudança de sexo e a “teoria de género”, que é classificada pelo Vaticano como uma “colonização ideológica muito perigosa”, visando “negar a maior diferença possível entre os seres vivos: a diferença sexual”. “Qualquer procedimento de redesignação sexual corre o risco, regra geral, de ameaçar a dignidade única que uma pessoa recebeu desde o momento da concepção”, adianta.

Ao mesmo tempo, a Igreja sublinha o direito ao respeito das pessoas LGBTQIA+ (lésbicas,

gays, bissexuais, transgénero, *queer*, intersexual, assexual e outras pessoas de orientações sexuais e identidades de género diversas), denunciando “o facto de, em certos lugares, muitas pessoas serem presas, torturadas e até privadas do bem da vida apenas por causa da sua orientação sexual”.

O documento censura também a violência contra as mulheres, afirmando que “o fenómeno do feminicídio nunca será suficientemente condenado”, mencionando igualmente a “violência digital” que “põe em risco a boa reputação de qualquer pessoa com notícias falsas e calúnias”. Uma “crise muito perigosa do sentido moral” é a “aceitação do aborto nas mentalidades e na lei”, bem como que se fale, às vezes, da eutanásia e do suicídio assistido como “leis da morte com dignidade”.

Outra violação da dignidade humana é “a distribuição desigual da riqueza” e a “guerra”, bem como o abuso sexual, fenómeno que “afeta também a Igreja e representa um sério obstáculo à sua missão”.

No texto é reafirmada ainda a necessidade de defender a dignidade dos migrantes e condenado o tráfico de seres humanos, o comércio de órgãos e tecidos, a exploração sexual de rapazes e raparigas e o trabalho escravo, assim como o tráfico de drogas e de armas, o terrorismo, o crime organizado internacional, as “condições de trabalho ignominiosas” ou o despedimento de pessoas com deficiência.

DN/LUSA



ALBERTO PIZZOLI / AFP

Papa Francisco é o líder da Igreja Católica.

● BREVES

Emigrantes não vão ficar “inativos” no SNS

O anterior Governo mandou, nos últimos dias em funções, suspender a medida prevista no despacho com as novas regras do Registo Nacional de Utentes (RNU) que determinava que os portugueses com residência fiscal no estrangeiro teriam o seu registo “inativo”. Nelson Magalhães, vice-presidente da Unidade de Saúde Familiar – Associação Nacional, disse à Lusa que a decisão foi transmitida às unidades através de um e-mail da Administração Central do Sistema de Saúde, datado de 30 de março. O despacho em causa (n.º 1668/2023) “define as regras de organização e os mecanismos de gestão referentes ao RNU, assim como as regras de registo do cidadão no SNS e de inscrição nos cuidados de saúde primários”. As novas regras determinavam que os portugueses com residência fiscal no estrangeiro teriam o seu registo “inativo”, mesmo os frequentadores dos serviços.

Adeptos do Sp. Braga acusados pelo MP

O Ministério Público acusou 11 adeptos do Sporting de Braga de arremesso de pedras, garrafas e artefactos pirotécnicos na direção de um “grupo rival” de adeptos do Vitória Sport Clube a 6 de janeiro. Em nota ontem publicada na sua página, a Procuradoria-Geral Regional do Porto refere que os objetos arremessados atingiram um motociclo policial e dois agentes principais da PSP. Acrescenta que, como medidas de coação, um juiz de Instrução Criminal de Guimarães, por despacho de 2 de abril, proibiu os arguidos de entrarem em recintos desportivos e obrigou-os a apresentação no órgão de polícia criminal da sua área de residência, no dia e hora em que decorra um jogo, nacional ou internacional, que envolva o Sp. de Braga. Os factos remontam a 6 de janeiro de 2024 e ocorreram nas imediações do Estado Municipal de Braga.

**Opinião
Fernanda Cância****Por uma família sem amos**

Enquanto escrevo este texto, ouço na TV o ex-primeiro-ministro, ex-presidente do PSD e Dom Sebastião de uma parte da direita portuguesa Pedro Passos Coelho a apresentar uma coletânea de textos titulada Identidade e Família. Antes da apresentação, Passos manifestou-se contra a caricaturização de ideias e pessoas: “Impressiona-me que o espaço público esteja dominado por caricaturas. Mas há hiper-simplificações que são feitas com o objetivo de agredir.”

É de uma particular ironia que o ex-PM tenha assim iniciado o seu discurso sobre um livro que, a crer no que sobre ele escreveu no Expresso David Dinis, se afirma “contra a destruição da família tradicional” e “contra o modelo de um pensamento único” (o que quer destruir a “família tradicional”, supõe-se). Dificilmente se encontrará uma caricatura mais acabada que essa: a de que existe uma “família tradicional” que deve ser preservada, e que há quem a queira destruir, através de “um pensamento único”.

E que “pensamento único” será esse? Quem o pensa? Onde se encontra? Com pena, não ouvi Passos explicar. Mas supõe-se que não seja o do economista João César das Neves, que no livro que ex-PM apresentou com tanto orgulho escreve esta pérola de ecumenismo: “A convicção [de que “ao longo dos séculos a mulher foi sucessivamente oprimida e desprezada”] é estranha por duas razões. A primeira é que as mulheres sempre foram a maioria da população, o que torna insólito que sejam dominadas pela minoria masculina. O segundo motivo é que essas senhoras, alegadamente tiranizadas, nunca se queixavam ou manifestavam o seu desagrado.”

Nada mau para uma obra que se proclama, noutro dos textos (continuo a citar o Expresso), contra “o subjectivismo e o fundamentalismo a-histórico”: então as mulheres nunca foram discriminadas? E nunca, “ao longo dos séculos”, “se queixaram” ou “manifestaram desagrado”? Que será que se passa por exemplo hoje mesmo em países como o Irão ou o Afeganistão, não é opressão horrífica das mulheres? E que vemos acontecer ali

senão protestos de mulheres, arriscando inclusive a morte?

E não sucede essa opressão das mulheres exatamente por tais países serem governados por gente que dita de púlpito, escrituras na mão, o que é “natural” e “tradicional”? Perguntas difíceis: sabemos que não vamos obter resposta, até porque para César das Neves, e eventualmente todos os outros autores do livro, essa comparação não faz sentido: é que aqueles países são muçulmanos. E o economista, sabe-se, é católico (como a maioria, se não todos os autores do livro).

Um católico que, malgrado ter

nascido em 1957, nunca reparou que até 1974 as mulheres não tinham em Portugal universalmente direito de voto; eram impedidas de aceder a certas profissões, como a da magistratura; obrigadas pelo Código Civil, se casadas, a encarar como “chefe da família” o marido, que podia por exemplo abrir-lhes a correspondência, impedi-las de desempenhar determinados trabalhos e decidir, sem que elas pudessem opor-se, sobre a educação dos filhos (elas tinham apenas o direito de “ser ouvidas”).

As mulheres poderiam também ver o casamento legalmente anulado caso o noivo denunciase a respetiva ausência de virgindade. E havia ainda aquela disposição magnífica do Código Penal que penalizava com apenas “seis meses de desterro da comarca” o marido que matasse a mulher adúltera ou, se “desonradas”, as filhas até aos 21 anos que vivessem sob o seu “pátrio poder” (faz lembrar uma coisa a que se dá o nome de “crimes de honra”, que se associa geralmente a países muçulmanos, não faz?).

Já o que não havia em lado nenhum do mesmo Código Penal era um crime denominado “violência doméstica” - foi preciso esperar até aos anos noventa do século passado para que essa realidade escondida assumisse a forma de tipo criminal, e pudéssemos começar a ter uma ideia do quão tradicional, ou seja comum e aceite, era essa violência.

Sim, houve em Portugal, até há 50 anos - ontem - um conceito de família que não só era reputada de única possível, porque única codificada em termos legais (até havia o conceito legal de “filhos ilegítimos”), como objeto de cuidada evangelização na escola, onde os livros desde a primária deixavam muito claro que papéis estavam destinados às mulheres e aos homens. Chama-se a isso “papéis de género” - o que podemos denominar, com inteira justeza, de “ideologia de género”. Uma ideologia que determina que consoante o género, temos de ser uma coisa ou outra. Não temos a liberdade de decidir, porque foi superiormente (divinamente até) determinado.

O que, como resulta evidente das citações que o Expresso divulgou,

está em causa no livro apresentado por Passos é a ideia de que quem se rebela contra essa ideia de determinação de papéis específicos consoante se nasceu menina ou menino, e contra a realidade de um conceito de família baseado nessa determinação - ou seja, quem se rebela contra a desigualdade entre mulheres e homens -, “quer destruir a família”. É essa e há muito a posição da Igreja Católica, da qual aliás surgiu, em reação contra a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995) e contra a respetiva proclamação da necessidade de incrementar em todo o mundo a igualdade das mulheres face aos homens, a expressão “ideologia de género”. Mais concretamente: a Igreja Católica considera a igualdade de uma ideologia perniciosa e destrutiva - uma ideologia contra a sua (dela Igreja) ideologia.

Ora quem defende que a igualdade entre mulheres e homens - a igualdade entre pessoas, o reconhecimento de que todos têm direitos iguais - “destrói a família” é quem padece do pensamento de uma família única, a única que considera aceitável. Uma caricatura de família, a que Passos Coelho chamou “idealização”, dando como contraponto a “família monoparental”: “Sou hoje um pai solteiro, não por escolha [é viúvo]. Há muitas mães e pais solteiros mas dificilmente isso corresponde em média àquilo a que chamamos a uma idealização do conceito de família”.

Para quem lamenta “hiper-simplificações feitas com o objetivo de agredir” não está mal: famílias constituídas por um adulto e crianças são menos boas, coitadinhas. Menos “ideais”. Até por isso lá no livro se lamenta a “simplificação do divórcio”: quando dois adultos não são felizes juntos deve-se por lei dificultar que se separem. É melhor, acham os autores, e pelos vistos acha Passos. É melhor serem Passos e os autores do livro a decidir, ditar, estabelecer, o que é bom para os outros, para as famílias dos outros. Porque, lá está, se esses outros quiserem decidir sobre a sua família, organizá-la e vivê-la como acharem melhor, lá nas suas casas, é porque querem “destruir a família”. Não é por quererem ser felizes e fazer outras pessoas felizes; não é porque consideram ter o direito de amar como amam, cuidar como cuidam, e chamar família a quem veem, sentem como família. Não: isso incomoda estes senhores, enerva-os, põe-lhes em causa a identidade. Porque se não mandarem nos outros, se não puderem limitar a liberdade dos outros, decidir o que é certo e errado no amor, se não puderem impedir, diminuir, destruir - simbólica ou realmente - as famílias dos outros, quem são eles?



TSF VENCE PRÊMIO CINCO ESTRELAS PELO 2.º ANO CONSECUTIVO

Categoria "Rádios de Informação"



Obrigado pela sua confiança e preferência!



Na área das energias renováveis verifica-se um forte lacuna de recursos humanos especializados.

91% das empresas sem mão-de-obra para objetivos da economia verde

RECRUTAMENTO Trabalhadores com poucas ou nenhuma competência nos domínios da sustentabilidade. Universidades chamadas a reforçar leque de formações adequado ao mercado.

TEXTO SÓNIA SANTOS PEREIRA

O caminho para uma economia verde e sustentável está a esbarrar na escassez de recursos humanos habilitados nestes domínios. Um estudo do ManpowerGroup concluiu que “91% das empresas nacionais carecem do talento necessário para implementar os seus objetivos de ESG” (sigla em inglês para Ambiente, Social e Governança), ou seja, de profissionais especializados em estabelecer e analisar indicadores ambientais, sociais e de governação numa organização corporativa. O desencontro entre oferta e procura é também agudo “em setores altamente técnicos em transição, como as energias renováveis e o automóvel”, realça Daniela Lourenço, da Manpower.

“O talento ainda não está a conseguir acompanhar as rápidas mudanças do mercado no que respeita às necessidades de competências”, diz.

O problema é global. O *Green Jobs Report 2023* do LinkedIn dá conta de que, entre 2022 e 2023, a percentagem de talento com, pelo menos, uma competência verde aumentou uma mediana de 12,3%, enquanto as ofertas de emprego que exigem pelo menos uma habilitação nestas áreas cresceram quase duas vezes – com uma mediana de 22,4%.

A Agência Internacional de Energia estima a necessidade de criação até 30 milhões de novos empregos até 2030 na economia verde. Em Portugal, 65% dos empregadores nacionais inquiridos pela Manpower afirmam estar a recrutar talento verde ou a planear fazê-lo.

O *Guia de 2024* da Hays, multinacional especializada em recrutamento, revela que cerca de 59% das empresas têm objetivos e metas associados à *Green Economy* e 15% afirmam que vão recrutar, ao longo deste ano, profissionais nestas

● A Agência Internacional de Energia estima a necessidade de criação até 30 milhões de novos empregos até 2030 na economia verde.

áreas. Há também a sublinhar que 57% ainda não possuem funções ou equipas internas que trabalhem diretamente esta temática.

Neste momento, as empresas portuguesas estão muito dinâmicas na contratação de técnicos e engenheiros do Ambiente, gestores especialistas em Sustentabilidade (*sustainability specialist, sustainability reporting analyst, supply sustainability manager, sustainability consultants*) e, especificamente em ESG (*ESG specialist, ESG data analyst, ESG reporting manager*), diz Sofia Valentim, da Randstad Portugal.

Mário Gonçalves, da Hays, acrescenta ainda as funções de HSE *supervisor, renewables engineer, environment and waste specialist*.

Segundo a Manpower, o mercado tem também solicitado profissionais para funções de Operações e Logística (35%), Tecnologias da Informação e Data (33%) e Indústria e Produção (31%).

Formação e requalificação

A escassez de mão-de-obra qualificada para assegurar a transição para uma economia verde tem obrigado os empresários a investir na formação e requalificação dos seus colaboradores. Até porque “a procura irá crescer mais do que a oferta nos próximos anos”, sublinha Filipe Forte, da Michael Page.

Como lembra Sofia Valentim, “muitos profissionais que exerciam outras funções nas organizações acabam a assegurar, em complementaridade ou em exclusivo, estas novas responsabilidades/posições. Naturalmente, muitas vezes, com o suporte de novas formações académicas”.

Mas até ao nível da obtenção de competências há dificuldades. O *Green Business Transformation Whitepaper*, do ManpowerGroup, revela que os empregadores que procuram talento verde qualificado debatem-se não só com o problema de encontrar esses trabalhadores (44% dos inquiridos), mas também em criar programas de requalificação profissional (39%) e identificar competências existentes aplicáveis às novas funções (36%). O desafio é contínuo, nomeadamente porque “é previsível que aumente também o número de funções e competências verdes necessárias”, aponta Daniela Lourenço.

As universidades têm aqui um papel determinante. Sofia Valentim reconhece que têm feito o seu caminho nesta matéria, procurando dar resposta às necessidades do mercado de trabalho. No entanto, “existe a necessidade de incrementar o número de cursos disponíveis e de acompanhar aquelas que são as verdadeiras exigências dos profissionais e das empresas”, diz. Na sua opinião, “a principal lacuna do Ensino Superior é ainda ser muito reativo”.

Filipe Forte reconhece o “grande esforço para se oferecerem cursos relacionados com a Sustentabilidade e Ambiente, apostando tanto em licenciaturas, como pós-graduações ou mestrados”, mas não deixa de apontar que a apetência por “estas especializações tem crescido muito nos últimos anos, pelo que uma maior aposta por parte das universidades, irá igualmente ajudar a reduzir o *gap* entre procura e oferta, assim como aumentar o interesse dos estudantes nestas especializações”.

A economia verde será “uma área com um futuro muito promissor para os profissionais e muito desafiante para as empresas/indústria, tanto na retenção como na procura”, acredita Filipe Forte.

Nesta fase, o nível salarial destes profissionais ainda depende da experiência e do setor de atividade, mas o crescimento da demanda de pessoas qualificadas está a conduzir as empresas a oferecer salários mais competitivos e pacotes de benefícios atrativos.

sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

Paddy Cosgrave anuncia o regresso à liderança da Web Summit

CIMEIRA Fundador do grande evento tecnológico retoma o comando, seis meses depois de se ter afastado devido ao boicote israelita, pela sua posição contra a guerra em Gaza.

TEXTO TERESA COSTA

O fundador da Web Summit, o irlandês Paddy Cosgrave, recorreu ontem à rede social X (ex-Twitter) para revelar que voltou a assumir o cargo de presidente executivo da cimeira tecnológica.

“Hoje regresso como CEO da Web Summit”, escreveu na publicação, a uma semana do evento que se vai realizar, pela segunda vez, no Rio de Janeiro, e seis meses depois de ter deixado o cargo, na sequência de comentários que fez sobre a resposta de Israel ao ataque do Hamas, tendo culminado com o boicote israelita e a ausência das grandes tecnológicas.

“Quando saí no ano passado, foi a primeira vez que tirei uma folga em 15 anos. Deu-me tempo para pensar sobre a Web Summit, na sua história, como comecei tudo sozinho no meu quarto e o que queria que fosse”, lê-se no texto que ontem publicou.

Durante o tempo do afastamento, descreve ter aproveitado “para recuperar a ligação com antigos amigos da Web Summit”, ouvindo-os sobre “o que tinham a dizer e o que queriam da Web Summit”.

Em retrospectiva, recordou que “alguns avanços tecnológicos in-críveis, relacionamentos, parcerias e empresas cresceram a partir” dos eventos que organizou, mas deixou também palavras para o futuro: “Quero continuar a desenvolver isso.”

Segundo o que escreveu, a ideia é, por um lado, “construir comunidades ainda mais fortes dentro da Web Summit” e, por outro, tornar o encontro “mais pequeno para quem comparece, mais íntimo, mais acolhedor, mais focado na comunidade”.

E reforçou: “Estou incrivelmente entusiasmado com o futuro e terei mais para partilhar.”

Ausências

A rede social X já tinha sido o meio usado para, em outubro do ano passado, se pronunciar sobre o conflito no Médio Oriente, deixando claro: “Os crimes de guerra são crimes de guerra, mesmo quando são cometidos por aliados, e devem ser denunciados pelo que são.”



Paddy Cosgrave disse querer “continuar a construir” o projeto da Web Summit.

Dor Shappiro, embaixador de Israel em Portugal, reagiu ao que considerou serem “declarações ultrajantes” e disse que o país não iria marcar presença no evento internacional.

A decisão provocou uma reação em cadeia quase imediata: Amazon, Alphabet, Meta, Siemens, IBM e Intel vieram a público comunicar que também iriam desistir da participação já agendada.

A demissão de Paddy Cosgrave foi anunciada no dia 21 de outubro, a escassas semanas da cimeira, que decorreu entre 13 e 16 de novembro, em Lisboa.

Mudanças

A sua sucessora, Katherine Maher, conhecida quase em cima da data do evento, manteve-se no cargo até ao dia 1 de março, em-

bora a sua saída tenha sido anunciada no dia 25 de janeiro.

Depois de ter trabalhado com o Banco Mundial e com a Unicef, assumiu, a 25 de março, a função

Apesar da ausência de Cosgrave na última edição, em Lisboa, a Web Summit avançou com um recorde de 2700 startups, vindas de mais de 85 países.

de presidente executiva da National Public Radio (NPR), a rádio pública dos Estados Unidos.

Apesar da ausência de Cosgrave na última edição, a Web Summit avançou com um recorde de 2700 startups, vindas de mais de 85 países, permitindo ligar os mais de 800 investidores a empreendedores de todo o mundo.

Eram esperadas cerca de 70 mil pessoas na Feira Internacional de Lisboa (FIL), no Parque das Nações, onde foram acolhidas por cerca de seis mil trabalhadores e voluntários.

Ontem, nem a Startup Portugal, nem a Startup Lisboa estiveram disponíveis para comentar o regresso de Paddy Cosgrave.

Com FRANCISCO DE ALMEIDA FERNANDES

tcosta@dinheirovivo.pt

EDP baixa preço da luz e do gás em junho

A EDP Comercial anunciou ontem que vai baixar a componente do preço da energia em 10% na eletricidade e em 20% no gás natural, a partir de 1 de junho, devido à evolução positiva dos respetivos mercados.

“Devido à melhoria das condições dos mercados de energia, a EDP Comercial irá reduzir a sua componente do preço da energia, designada Energia e Estrutura Comercial, em 10% na eletricidade e 20% no gás natural, a partir de 1 de junho”, disse à Lusa fonte oficial da EDP Comercial.

Na semana passada, também a Galp anunciou que iria descer, em média, os preços da eletricidade e do gás natural em 28% e 19%, respetivamente, a partir de abril.

Segundo a petrolífera, estas descidas refletem a diminuição dos preços da energia nos mercados internacionais durante o primeiro trimestre deste ano, que terão efeito a partir do início de abril.

O mercado livre de eletricidade alcançou cerca de 5,6 milhões de clientes em janeiro de 2024, um crescimento de 2,5% face ao mês homólogo e de cerca de 15 600 clientes face a dezembro, divulgou o regulador.

O consumo no mercado livre representou, em janeiro, mais de 94% do consumo total registado em Portugal continental.

A EDP Comercial manteve a sua posição como principal operador no mercado livre em número de clientes (67%) e em consumo (38%).

Já quanto ao mercado liberalizado de gás natural, em janeiro verificou-se uma redução para um número acumulado de mais de 1,1 milhões de clientes, com uma quebra de 1466 clientes face a dezembro de 2023.

A Galp manteve a sua posição como principal operador no mercado livre em consumo (51%), enquanto a EDP Comercial manteve a sua posição de liderança em número de clientes (43%).

DN/DV/LUSA



Sede do Banco Central Europeu, na Alemanha.

Empresas do euro esperam que salários se moderem nos próximos 12 meses

INQUÉRITO Condições para a obtenção de um crédito voltaram a ser mais rigorosas no primeiro trimestre de 2024.

As empresas da Zona Euro esperam que o crescimento dos preços de venda ao público e dos salários se modere nos próximos 12 meses para, em média, 3,3% e 3,8%, respetivamente, segundo dados do Banco Central Europeu (BCE).

O BCE publicou ontem o inquérito sobre o acesso das empresas ao financiamento na Zona Euro, que conclui que as condições para a obtenção de um empréstimo voltaram a ser mais rigorosas no primeiro trimestre de 2024, mas menos do que nos últimos três meses de 2023.

Em particular, 43% das empresas comunicaram aumentos das taxas de juro bancárias, em comparação com 75% no trimestre anterior, enquanto 37% das empresas asseguraram que enfrentaram subidas de outros custos de financiamento (encargos, taxas e comissões), em comparação com 49% no trimestre anterior.

No primeiro trimestre de 2024, 1% das empresas comunicou que a sua necessidade de empréstimos bancários tinha diminuído, contra 4% que indicaram aumentos no trimestre anterior.

Ao mesmo tempo, 3% das empresas mostraram-se otimistas quanto à disponibilidade de empréstimos bancários, em comparação com 9% anteriormente, pelo que o aumento do défice de financiamento foi menor do que no inquérito anterior.

Neste contexto, as empresas mostraram-se otimistas quanto à disponibilidade de empréstimos bancários nos próximos três meses, embora considerem que as perspetivas económicas são o principal fator para a obtenção de financiamento.

Três por cento das empresas referiram um aumento do volume de negócios no primeiro trimestre, em comparação com 10% anteriormente, embora estivessem mais otimistas quanto à evolução nos próximos três meses.

Simultaneamente, um maior número de empresas registou uma deterioração dos lucros, com presões de custos generalizadas.

Além disso, as perspetivas de inflação das empresas abrandaram para 3,4% no próximo ano e 3% a três e cinco anos.

DN/DV/LUSA

Lisnave mais do que duplica lucro

A Lisnave, empresa de reparação de navios, totalizou quase 16 milhões de euros de lucro em 2023, valor que compara com o resultado líquido de sete milhões de euros apurado no ano anterior, foi ontem anunciado.

“A assembleia-geral de acionistas da Lisnave aprovou o relatório de gestão e contas relativo ao ano passado e a empresa líder na reparação naval totalizou vendas de 169 milhões, com lucros de 15,9 milhões de euros, mais do dobro dos sete milhões apurados em 2022”, indicou ontem, em comunicado.

Em 2022, as vendas tinham sido de cerca de 119 milhões de euros, segundo o relatório e contas da Lisnave.

Por sua vez, o resultado antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA) fixou-se em 24,5 milhões de euros, mais do que duplicando o valor de 2022.

No final do mesmo ano, a Lisnave contava com 118 trabalhadores.

Perante o resultado apresentado, que o grupo diz ser representativo da sua “solidez e bom desempenho”, a Lisnave vai distribuir mais de três milhões de euros pelos seus colaboradores, uma decisão igualmente aprovada na assembleia-geral de acionistas.

Para 2024, o grupo espera resultados positivos, embora inferiores aos apurados no ano anterior.

DN/DV/LUSA

Inquilinos querem que Governo corrija falhas do apoio às rendas

A Associação dos Inquilinos Lisboense (AIL) quer que o Governo corrija as falhas na medida de apoio às rendas – caso de famílias que perderam o subsídio – e pede fiscalização ao mercado de arrendamento.

O *Público* noticiou ontem que famílias estão a perder o apoio extraordinário às rendas por terem sido obrigadas a fazer novos contratos de arrendamento por vontade do senhorio, pois a legislação estabelece que o apoio à renda é para contratos

celebrados até 15 de março de 2023.

“A legislação tem alguns lapsos que não estavam previstos e vai ter de ser corrigida”, disse o secretário-geral da AIL, António Machado.

À Lusa, a associação de defesa do consumidor Deco disse que lhe têm chegado queixas sobre a perda do apoio às rendas e sobre a falta de resposta do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e das Finanças a pedidos de esclarecimento.

DN/DV/LUSA

100% ÚTIL
Men's Health

MANTENHA-SE EM FORMA!



**ASSINE A MEN'S HEALTH
PAPEL+DIGITAL**

POR APENAS ~~43,20€~~
29,90 € / 12 EDIÇÕES

LIGUE 219249999



A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLuíDO.
CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 30 DE ABRIL DE 2024. NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR.
VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEM.PT |
APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).

menshealthportugal

@menshealthportugal

menshealth.pt

“Isto não pode acontecer.” Central Nuclear de Zaporíjia atacada após 17 meses de trégua

UCRÂNIA Drones atingiram uma cantina, uma área de carga e a cúpula acima do Reator 6, naquele que foi o primeiro ataque contra a central desde novembro de 2022. Moscovo e Kiev trocaram acusações sobre a autoria do incidente.

TEXTO ANA MEIRELES

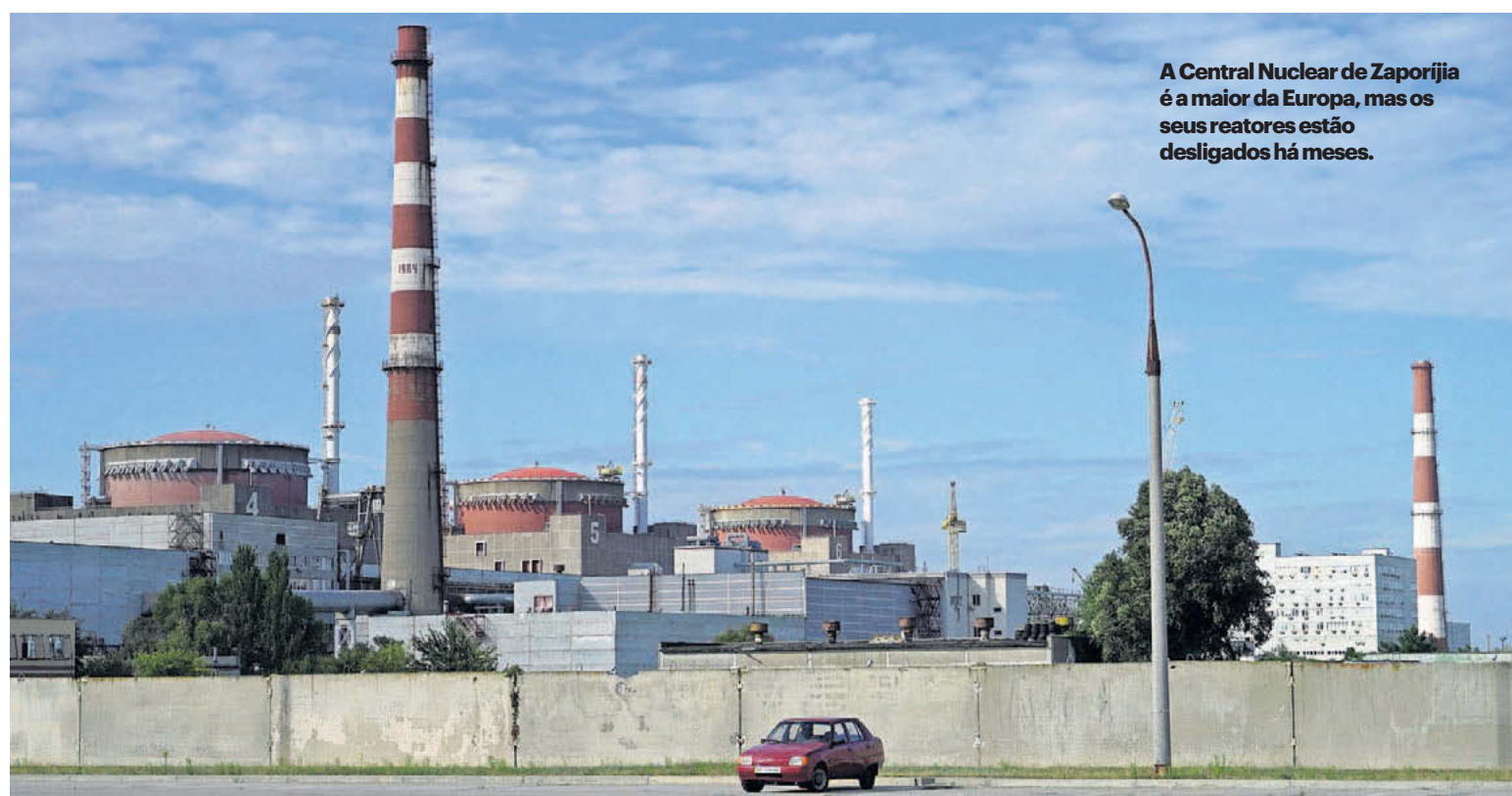
O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) condenou os ataques de domingo com *drones* contra a Central Nuclear de Zaporíjia, em solo ucraniano mas controlada pela Rússia desde março de 2022, dizendo que incidentes deste género “aumentam significativamente o risco de um grande acidente nuclear”. A Rússia acusou ontem a Ucrânia de estar por trás do ataque à maior central nuclear da Europa, com Kiev a apontar o dedo a Moscovo.

“Hoje, pela primeira vez desde novembro de 2022, e depois de eu ter estabelecido cinco princípios básicos para evitar um acidente nuclear grave, com consequências radiológicas, a ISAMZ [Missão de Apoio e Assistência a Zaporíjia] da AIEA confirmou que ocorreram, pelo menos, três ataques diretos contra as principais estruturas de contenção de Zaporíjia. Isto não pode acontecer”, escreveu Rafael Grossi na rede social X na noite de domingo.

“Como eu disse perante o Conselho de Segurança da ONU e o conselho de governadores da AIEA, ninguém pode beneficiar ou obter qualquer vantagem militar ou política de ataques contra instalações nucleares. Isso é impossível. Apelo firmemente aos decisores militares para que se abstenham de qualquer ação que viole os princípios básicos que protegem as instalações nucleares”, prosseguiu o argentino. Sendo que a AIEA afirma não haver indicações de “danos críticos à segurança ou proteção nucleares”.

A central no sul da Ucrânia, a maior instalação nuclear da Europa, está sob o controlo das forças russas desde março de 2022 e não era atacada desde novembro do mesmo ano, tendo deixado de produzir eletricidade – os seus seis reatores nucleares estão desligados há meses, mas ainda precisam de energia e pessoal qualificado para operar sistemas de refrigeração e outros recursos de segurança.

Ontem, a Rússia, através da sua agência nuclear (Rosatom), acusou a Ucrânia de atacar na véspera a Central Nuclear de Zaporíjia com *drones*, primeiro ferindo três pessoas perto de uma cantina, depois atacando uma área de carga e depois a cúpula acima do Reator 6. “As



A Central Nuclear de Zaporíjia é a maior da Europa, mas os seus reatores estão desligados há meses.

tentativas das Forças Armadas ucranianas de atacar a Central Nuclear de Zaporíjia continuam”, disseram os russos no Telegram. A Rosatom apelou ainda a Rafael Grossi, diretor-geral da AIEA, e aos países ocidentais a “condenarem categoricamente” o ataque.

Também o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, sublinhou ontem que a Ucrânia estava por trás dos ataques à Central Nuclear de Zaporíjia, classificando-os como “muito perigosos”.

Da parte da Ucrânia o discurso é o de que Moscovo está a espalhar informações “falsas”, dizendo que Kiev havia disparado *drones* contra a central no domingo. O chefe do Centro Ucraniano de Combate à Desinformação, tenente Andriy Kovalenko, afirmou que a Rússia está a intensificar uma “campanha de provocação e falsificações”, garantindo ser a Rússia quem estava a atacar a Central de Zaporíjia “com *drones*, fingindo que a ameaça à central e à segurança nuclear vinha da Ucrânia”.

Na mesma linha, Andriy Yusov, porta-voz da Agência de Inteligência Militar da Ucrânia, sugeriu ontem que não houve ataque, dizen-

Paris e Londres pedem mais ajuda

O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, David Cameron, e o seu homólogo francês, Stéphane Séjourné, reforçaram ontem o pedido de apoio internacional à Ucrânia, num artigo conjunto publicado pelo 120.º aniversário da *Entente Cordiale*. “Ambos estamos absolutamente certos: a Ucrânia deve vencer esta guerra. Se a Ucrânia perder, todos nós perderemos. O custo de não apoiar a Ucrânia agora será muito maior do que o custo de repelir Putin”, refere o artigo publicado no site *The Telegraph*. “O Reino Unido e a França estão orgulhosos do apoio que estão a prestar à Ucrânia, desde as sanções sem precedentes até as entregas coordenadas dos primeiros sistemas de mísseis de longo alcance, *Scalp* e *Storm Shadow*”, sublinharam, acrescentando, porém, que é necessário garantir a derrota da Rússia porque “o mundo está a observar”.

do que as forças russas fabricam rotineiramente ataques à Central Nuclear de Zaporíjia. No entanto, estes últimos ataques foram confirmados pela AIEA, que tinha pessoas no local, embora esta agência das Nações Unidas não tenha atribuído a responsabilidade a nenhum dos lados.

Igualmente na zona de Zaporíjia, mas sem relação com a central nuclear, ataques russos deixaram três mortos ontem, naquele que foi o segundo dia de bombardeamentos mortais na região, informaram as autoridades locais. “Três pessoas morreram e três ficaram feridas no Distrito de Pologivskyi”, afirmou o governador Ivan Federov.

Ataque contra o setor energético

Os ataques russos atingiram 80% das centrais termoelétricas ucranianas e metade das centrais hidroelétricas nas últimas semanas, declarou ontem o ministro da Energia ucraniano, denunciando “o maior ataque” contra o setor energético do país.

“Podemos dizer que foram atacadas cerca de 80% das centrais termoelétricas, mais de metade

das centrais hidroelétricas. E um grande número de estações” de retransmissão de energia, declarou o ministro German Galushchenko.

A assessoria de imprensa do Ministério da Energia da Ucrânia disse à AFP que as centrais termoelétricas sofreram danos devido a esses ataques, no entanto, não especificou o nível dos estragos causados.

“Este é o maior ataque contra o setor energético ucraniano”, acrescentou o ministro, referindo que os mesmos ocorrem quase diariamente e que causaram, inclusive, longos cortes de energia em Kharkiv.

Segundo Galushchenko, “a escala e o impacto” dessa nova onda de ataques “são muito maiores” em relação àquelas da campanha liderada por Moscovo no inverno passado, quando milhões de ucranianos foram privados de eletricidade e aquecimento durante temperaturas gélidas.

Este responsável sublinhou que o Exército russo modificou *drones* e mísseis utilizados para estes bombardeamentos, tornando-os “ainda mais perigosos”.

ana.meireles@dn.pt



A destruição em Khan Yunis, de onde os israelitas retiraram.

Netanyahu: “Já há data” para a operação em Rafah

GUERRA Nem Hamas, nem Israel parecem preparados para aceitar a proposta de cessar-fogo e troca de reféns que estará em cima da mesa.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

As negociações para um cessar-fogo na Faixa de Gaza que permita a libertação dos reféns ainda nas mãos do Hamas falharam antes e durante o Ramadão. Mas, agora que se aproxima o final do mês sagrado para os muçulmanos – o *Eid al-Fitr* começa amanhã –, um novo acordo estará em cima da mesa. Os EUA indicaram que uma proposta para uma trégua de cerca de seis semanas foi apresentada ao grupo terrorista palestino, com outro dos mediadores das negociações, o Egito, a dizer que havia progressos no Cairo e o Qatar a mostrar-se “cautelosamente otimista”. Mas o Hamas nega progressos e o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, diz que “já há data” para a operação em Rafah.

“Não há mudança na posição da ocupação e, por isso, não há nada de novo nas negociações do Cairo. Ainda não há progresso”, disse um oficial do Hamas à Reuters. As declarações contradizem uma fonte egípcia ao canal de televisão estatal, que tinha dito que havia acordo entre as delegações presentes. Entre os mediadores encontra-se, desde domingo, o diretor da CIA, William Burns, após a pressão dos EUA sobre Israel para chegar a um acordo que leve a uma trégua e permita uma resposta humanitária à tragédia no enclave palestino.

A proposta de trégua inclui, alegadamente, um cessar-fogo de seis semanas, durante as quais seria possível trocar reféns israelitas – capturados no atentado terrorista de 7 de Outubro – por presos palestinianos que estão em Israel. O processo decorreria em três etapas e previa a libertação de 25 palestinianos por cada refém libertado, o regresso de 250 mil deslocados do sul da Faixa de Gaza a vários pontos do norte do enclave e a retirada das forças israelitas de algumas zonas, segundo as fontes citadas pela agência de notícias espanhola EFE.

O porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, indicou que os negociadores estavam à espera de uma resposta do Hamas à proposta.

Proposta de trégua e troca de reféns foi apresentada ao Hamas e Qatar dizia-se otimista, mas grupo terrorista nega qualquer progresso nas negociações.

Seis meses depois do atentado terrorista contra Israel e consequente início dos bombardeamentos contra a Faixa de Gaza, as tropas israelitas retiraram de surpresa de Khan Yunis no domingo – os deslocados palestinianos que estão a voltar encontraram a cidade no sul do território em ruínas. Mas Israel deixou claro que esta retirada não significa que tenham desistido da operação em Rafah, junto à fronteira com o Egito, onde dizem que se escondem os últimos esquadrões do Hamas entre os mais de 1,2 milhões de deslocados.

O primeiro-ministro israelita, sob pressão interna e também internacional, insistiu ontem que vai enviar tropas para o último bastião do grupo terrorista palestino. “Vai acontecer. Já há data”, indicou ontem Netanyahu numa mensagem-vídeo, sem dar mais pormenores.

O Departamento de Estado norte-americano disse não ter sido informado de nenhuma data para a operação, lembrando que os EUA são contra uma invasão a larga escala de Rafah. As declarações de Netanyahu surgem depois de o ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, de extrema-direita, ameaçar desfazer a coligação se o primeiro-ministro israelita decidir acabar a guerra sem um ataque a Rafah.

susana.f.salvador@dn.pt

Naufrágio de barco de pesca mata pelo menos 98 pessoas em Moçambique

TRAGÉDIA A maioria dos 130 passageiros tentava fugir do continente na embarcação devido ao pânico causado pela desinformação sobre um surto de cólera.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Pelo menos 98 pessoas morreram num naufrágio ocorrido no domingo na Província de Nampula, no norte de Moçambique. “Neste momento temos um total de 98 óbitos, 13 sobreviventes e os restantes estão desaparecidos. Era uma embarcação com cerca de 130 pessoas”, disse ontem, ao final do dia, à Lusa a porta-voz da Polícia da República de Moçambique da Província de Nampula, Rosa Chauque.

As vítimas morreram na sequência do naufrágio de uma embarcação sobrelotada que saiu do Posto Administrativo de Lunga com destino à Ilha de Moçambique. “Trata-se meramente de um barco de pescadores, uma embarcação que não tinha capacidade para o número de pessoas que levava. Continuam a decorrer as buscas”, avançou a mesma fonte.

Relatos locais indicam que as vítimas, incluindo crianças e famílias completas, estão a ser enterradas de imediato, por falta de condições para a conservação dos corpos.

A maioria dos passageiros tentava fugir do continente devido ao pânico causado pela desinformação sobre um surto de cólera, segundo afirmou o secretário de Estado de Nampula, Jaime Neto. “Devido ao facto de o barco estar superlotado e não ser adequado para o transporte de passageiros, acabou afundando”, disse.

Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, regis-

tou cerca de 15 mil casos de cólera e 32 mortes desde outubro devido a esta doença, transmitida pela água contaminada. A Província de Nampula é uma das mais afetadas e registou um terço dos casos.

O presidente da Renamo, Osufo Momade, mostrou-se ontem “profundamente consternado” com a morte daquelas 98 pessoas, pelo menos, no referido naufrágio, pedindo luto nacional. “Exigimos que o Governo decrete luto nacional e que este momento seja reconhecido pelas autoridades como mais um sinal de negligência e falta de segurança públicas”, escreveu Momade no Facebook. “Ficámos bastante comovidos e preocupados ao saber que a embarcação em causa é de pesca e não estava vocacionada para o transporte de pessoas, o que nos leva a uma reflexão sobre a necessidade da segurança marítima”, acrescentou o líder do maior partido da oposição moçambicana.

Também o ex-presidente de Moçambique Armando Guebuza se mostrou “profundamente consternado” com o acidente.

Até ao fecho desta edição, ainda não tinha havido uma reação por parte do presidente Filipe Nyusi, ou do Governo, silêncio que já tinha sido alvo de críticas. “Não me surpreende”, disse o sociólogo Elísio Macamo ao jornal *O País*. “Já tivemos várias situações em que o Presidente da República e o Governo estiveram ausentes, num momento tão doloroso e grave”, acrescentou. **Com AGÊNCIAS**



Imagem de arquivo obtida pela AFP do barco que naufragou.

Carlos López Blanco

“Não creio que em Espanha e Portugal a democracia esteja em perigo”

FORO LA TOJA O presidente do comité organizador do fórum galego conta ao DN o que podemos esperar da 2.ª edição deste evento em Lisboa, nos 50 anos da Revolução portuguesa e da Transição espanhola.

ENTREVISTA **SUSANA SALVADOR**

Nos 50 anos do 25 de Abril, o Foro La Toja volta a Lisboa para falar das cinco décadas de democracia em Portugal e Espanha. Por cá costumamos perguntar: onde estava no 25 de Abril?

Eu era muito jovem, estava a acabar o bacharelato superior [a partir dos 15 anos], mas já era suficientemente grande para dar-me conta de que a Revolução de Abril era o prelúdio de uma mudança política também em Espanha [a partir de 1975]. Porque Portugal e Espanha eram duas sociedades mais modernas e mais maduras que os seus sistemas políticos. Já naquele momento víamos que aquilo que foi a Transição em Espanha e a Revolução de Abril em Portugal era uma mudança social e política inevitável, porque as sociedades tinham mudado e os sistemas políticos dos dois países tinham-se tornado anacrónicos. E havia outra coisa que, para mim, era muito importante. Já havia o desejo, nas duas sociedades, de se incorporar mais na Europa, de virar a página à anomalia ibérica, e que os dois países estivessem integrados. A mudança era inevitável.

No evento haverá quatro ex-primeiros-ministros espanhóis e portugueses a debater o que se passou nos últimos 50 anos...

O *Foro La Toja – Vínculo Atlântico* é um evento que se faz anualmente na Galiza. Desde o primeiro momento, por parte da organização, tivemos uma grande preocupação por que houvesse uma importante presença portuguesa. E tivemos lá ministros, tivemos o então primeiro-ministro António Costa, tivemos com o rei de Espanha o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, e outras destacadas figuras do mundo português. Porque não concebemos o

Vínculo Atlântico sem a realidade ibérica. Quando tomámos a decisão de fazer um segundo evento que não substitui, mas complementa, o fórum principal, decidimos fazê-lo em Lisboa. O sucesso da 1.ª edição, no ano passado, fez-nos voltar para uma segunda, ainda com mais confiança. Uma 2.ª edição que tem a característica de coincidir com os 50 anos da Revolução e queremos incluí-la precisamente dentro dessa celebração. E, sobretudo, fortalecer duas ideias. Uma é que a época de maior prosperidade e desenvolvimento social de Espanha e Portugal coincidiu precisamente com os períodos mais longos de democracia nos dois países. Para nós, é uma ideia absolutamente essencial vincular o desenvolvimento económico e social com a democracia política. E a segunda, que a Revolução de Abril e a Transição Espanhola põem fim à anomalia ibérica com a incorporação definitiva de Espanha e Portugal na União Europeia. Para nós, esses são os dois elementos essenciais do balanço que queremos fazer em companhia de figuras destacadíssimas da vida portuguesa e espanhola destes 50 anos.

O que podemos esperar?

No fórum há três partes. Uma dedicada ao desenvolvimento económico, outra a um elemento que às vezes se lhe dá pouca atenção, que é o papel das cidades no desenvolvimento dos nossos países. Finalmente, a terceira parte é um balanço do que foram estas cinco décadas de democracia e como Espanha e Portugal olham para o futuro. E vamos ter um painel de luxo, com Felipe González, Mariano Rajoy, Francisco Pinto Balsemão e António Costa, que sempre nos mostrou, tanto em La Toja como em Lisboa, o



PAULO ALEXANDRINO/GLOBAL IMAGENS

Manhã de debate na Gulbenkian

Foro La Toja Hoje, na Fundação Calouste Gulbenkian (e online no site do fórum) debatem-se *Cinco Décadas de Democracia em Portugal e Espanha*. Na abertura há uma mensagem-vídeo do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e estará, entre outros, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel. No fecho, o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, e a ministra da Defesa espanhola, Margarita Robles.

9.30 *50 Anos de Progresso*, com, entre outros, o ex-presidente da AR, Augusto Santos Silva.

10.45 Os autarcas Carlos Moedas (Lisboa), Rui Moreira (Porto) e Jaume Collboni (Barcelona) falam d'As Cidades na Liderança da Transformação Social.

11.45 *50 Anos de Democracia: o Passado e os Desafios do Futuro*, com os ex-chefes do Governo de Espanha, Felipe González e Mariano Rajoy, e de Portugal, Pinto Balsemão e António Costa.

seu apoio e simpatia. Temos a certeza de que vai ser um sucesso e que vamos poder reforçar essa ideia de que os 50 anos de democracia em Portugal e Espanha foram os melhores da História Moderna. E uma última reflexão. As relações entre os dois países melhoraram extraordinariamente. E melhoraram porque havia uma comunidade de interesses, dois sistemas democráticos, duas sociedades abertas e duas sociedades europeias.

Não acha que a democracia pode estar em perigo?

Eu acho que não. Acho que nunca esteve. Talvez em Portugal haja uma certa discrepância com a erupção das forças populistas, que é um dos perigos para a democracia. Uma das nossas filosofias é defender o diálogo político e um debate político centrado e racional. Não gostamos da polarização, não gostamos dos populismos. Mas não achamos que as democracias estão em perigo. Primeiro, porque as sociedades portuguesa e espanhola sabem que a democracia foi o período de maior prosperidade e desenvolvimento social. E depois porque esse desejo histórico de formar parte da União Europeia está vinculado de maneira indissociável à democracia. Por isso não creio que em Espanha e Portugal a democracia esteja em perigo. Ou na Europa, apesar dos desafios importantes como a guerra. A situação é complexa, mas penso que, en-

tre os grandes riscos, a subsistência da democracia não é um deles.

Falou da boa relação entre Portugal e Espanha. Durante anos tivemos dois Governos socialistas, com relações muito boas. Isso vai mudar, agora que em Portugal temos um Governo de centro-direita?

Não, por duas razões. Primeiro porque a afinidade política nem sempre leva a boas relações. Não quero dar nomes, mas nas sempre conflituosas relações entre Espanha e França, muitas vezes os piores momentos aconteceram quando os Governos tinham afinidade política. Por outro lado, houve momentos na relação franco-espanhola em que houve Governos com distintos símbolos políticos e as relações funcionaram muito melhor. Por isso, não acho que a afinidade política seja um elemento determinante. Acho que há razões de fundo muito profundas que se fortaleceram nos últimos 50 anos que fundamentam a relação luso-espanhola... as fricções normalmente não vêm das diferenças ideológicas, mas de interesses distintos. E neste momento há poucos conflitos e poucos interesses diferentes entre Portugal e Espanha. Pelo contrário, por exemplo na questão europeia os dois países atuaram com muito sucesso no tema energético e outros. E acho que vão continuar assim.

susana.f.salvador@dn.pt



Análise Germano Almeida

Dois meses europeus

Daqui a dois meses, entre 6 e 9 de junho, os europeus vão a votos para eleger 720 deputados. Será um aumento de 2% em relação aos 705 assentos da atual composição do Parlamento Europeu e que acontece no sentido de acomodar as mudanças demográficas ocorridas em vários Estados-membros, num total de 370 milhões de eleitores. Trata-se do segundo maior eleitorado do mundo, só atrás da Índia e, de longe, o maior eleitorado transnacional agregado na representação no mesmo hemisfério.

Os próximos dois meses serão europeus. Estas eleições têm importância acrescida, por várias razões: em primeiro lugar, porque o Parlamento é a única instituição da União Europeia eleita diretamente pelos eleitores. Se uma das críticas mais recorrentes ao projeto europeu é o de se basear em estruturas burocrática alegadamente distantes dos eleitores, o Parlamento é, sem dúvida, o espaço mais democrático e diretamente dependente da vontade dos cidadãos.

Os outros dois órgãos principais são eleitos indiretamente. A composição da Comissão Europeia requer a aprovação dos eurodeputados, enquanto o Conselho é composto por ministros nacionais designados pelos respetivos Governos.

A segunda razão que nos revela a importância das eleições europeias tem a ver com o momento político em vários dos Estados-membros. Será fundamental perceber se a onda populista e de tendências soberanistas, nacionalistas e antiglobalistas vai mesmo conseguir subidas muito significativas ou se, no fim de todas as contas, vamos perceber que os sinais de alerta eram exagerados.

Há, ainda, uma terceira razão que adiciona particular relevância às eleições europeias: em plena invasão russa da Ucrânia, o regresso da guerra à Europa condiciona quase todas as opções políticas e estratégicas a fazer nos próximos quatro anos.

A votação começa nos Países Baixos a 6 de junho, seguida pela Irlanda a 7 de junho. Letónia, Malta e Eslováquia participarão a 8 de junho, enquanto os restantes países votarão a 9 de junho. Chéquia e Itália permitirão a votação em dias consecutivos: sexta-feira e sábado para os checos, sábado e domingo para os italianos.

A surpresa da participação

As eleições na UE foram, durante décadas, marcadas por baixas taxas de participação. Até podemos encontrar um lado positivo nisso: não havendo um sentimento claro an-

tieuropa em nenhum Estado-membro atual, os eleitores não terão encontrado razões de monta para irem às urnas protestar.

No entanto, o facto de haver repetidamente um nível de abstenção nas europeias muito mais elevado do que em eleições locais ou nacionais pode também indicar um distanciamento pouco saudável em relação a temas ligados às instituições europeias, o que não deixa de ser contraditório, se compreendermos que grande parte da legislação produzida a nível nacional decorre de decisões tomadas em Bruxelas e Estrasburgo.

Há cinco anos, em 2019, a taxa de participação em todos os Estados-membros situou-se nos 50,66% – a primeira vez que ultrapassou o limite dos 50% desde 1994. Durante duas décadas, entre os finais dos Anos 90 e 2014, a abstenção foi sempre mais do que metade do total do universo eleitoral. Na Bélgica, no Luxemburgo e em Malta as participações chegaram à casa dos 70%. No inverso, na Eslováquia, na Chéquia e na Eslovénia ficaram abaixo dos 30%.

Mas 2024 pode mostrar-nos a boa surpresa da participação. Em tempos de incerteza internacional, com a agravante de haver fundadas razões para estarmos preocupados com o avanço da extrema-direita e das direitas radicais e soberanistas, é de admitir que muitos setores mais moderados da população europeia, geralmente indiferentes noutros atos eleitorais, sintam agora o apelo de expressar no voto o seu europeísmo.

Até há poucos anos, expressar acordo em relação à construção europeia parecia um ato inócuo, quase redundante, tão amplo era o consenso nacional em torno desse caminho. Só que as coisas mudaram muito rapidamente. A ameaça autocrática e a via nacionalista passaram a ter fortes plataformas eleitorais e mediáticas. Saltaram, em poucos anos, da quase irrelevância à ambição de disputar a vitória.

Novos eleitorados a disputar

Perante este novo quadro, há dois prováveis movimentos a verificar: aumento da participação e a consequente disputa eleitoral pela escolha de quem habitualmente não votava. Isso já aconteceu nas legislativas em Portugal, a 10 de março passado: a abstenção baixou de 48,6% para 40,1%. E poderá acontecer a escala mais ampla nas próximas eleições europeias de 6-9 junho.

Nas eleições europeias de 2019 em Portugal, a taxa de abstenção atingiu uns assustadores 69%. O PS venceu com 33%, mas isso significou 1,1 milhões de votos – menos do

que o Chega teve como terceiro partido nas últimas legislativas.

Desta vez, menos de três meses após umas legislativas em que rês em cada cinco eleitores foram mesmo votar, afigura-se como altamente provável que a taxa de participação nas europeias suba muito em relação às 31% ocorridos em Portugal há cinco anos.

No plano europeu, caso a participação volte a passar os 50%, isto significará pelo menos 185 milhões de votos dos estimados 370 milhões de eleitores elegíveis.

O hemisfério atual tem sete grupos políticos: Partido Popular Europeu (PPE centro-direita), Socialistas e Democratas (S&D, centro-esquerda), Renew Europe (sucessor do ALDE, liberais), Verdes/Aliança Livre Europeia, Conservadores e Reformistas Europeus (ECR, direita soberanista e nacionalista), Identidade e Democracia (ID, direita radical e extrema-direita) e A Esquerda.

O PPE tem neste momento 187 eurodeputados, mais 40 que os socialistas e o dobro dos liberais, que têm 98. A extrema-direita (ID) tem 76, mas se os juntarmos aos 61 do ECR são 137 os eurodeputados do espectro das direitas radicais – já perto dos 147 que têm os socialistas e sociais-democratas. É de

prever que após as eleições de junho essa soma ID+ECR possa ultrapassar o número de eurodeputados da S&D, embora se mantenha bem abaixo do PPE.

E há outras contas a fazer: vejamos o que se passa no Governo alemão. A coligação socialistas/liberais/verdes, mesmo com tensões internas, tem-se mantido coesa no que se refere às grandes questões europeias e à necessidade de travar a extrema-direita.

Projeção desse entendimento mínimo no quadro do Parlamento Europeu aponta para que o espaço de centro-esquerda com sociais-democratas e verdes (147 da S&D com os 67 dos verdes) tenha mais que o PPE e muito mais que as direitas radicais juntas. Uma soma a três com os liberais reforçaria ainda mais esse primeiro lugar, embora ainda estivesse abaixo de formar maioria absoluta: para os necessários 361 mandatos para a maioria do novo Parlamento com 720, socialistas/sociais-democratas com verdes e liberais fariam 312 (318 extrapolados para o aumento do próximo quadro).

Ou seja: terá sempre de haver entendimentos entre os principais grupos políticos para a escolha dos lugares de decisão. Foi assim em 2019, para que se chegasse a uma eleição de Von der Leyen apertada (383 votos a favor, 327 contra e 22 abstenções). Poderá ser assim – e com outras dinâmicas ainda por apurar – na eleição para a presidência da Comissão em 2024.

Ucrânia na UE tem a aprovação dos eleitores

A Ucrânia é o país candidato favorito entre os eleitores europeus para aderir aos 27, de acordo com sondagem IPSOS/Euronews. Finlandeses, portugueses e espanhóis são os mais favoráveis à entrada. Segundo a sondagem realizada junto de 26 mil pessoas de 18 Estados-membros, 45% dos eleitores da UE são a favor da adesão da Ucrânia, enquanto 35% são contra e 20% estão indecisos.

Outros países considerados foram Bósnia-Herzegovina (37% a favor), Geórgia (35%), Sérvia (35%), Albânia (34%) e Turquia (24%).

Na análise às respostas dadas em cada país, concluiu-se que 68% de finlandeses, portugueses e espanhóis querem que a Ucrânia adira à UE. Outros países nórdicos, incluindo a Suécia e a Dinamarca, bem como os países vizinhos da Ucrânia, caso da Polónia e a Roménia, mostram altos níveis de apoio à adesão.



Em tempos de incerteza internacional, com a agravante de haver fundadas razões para estarmos preocupados com o avanço da extrema-direita e das direitas radicais e soberanistas, é de admitir que muitos setores mais moderados da população europeia, geralmente indiferentes noutros atos eleitorais, sintam agora o apelo de expressar no voto o seu europeísmo.”

Liverpool aperta o cerco. Sair por 10 ou 20M€, eis a questão para Amorim

SPORTING Treinador é cada vez mais apontado ao clube inglês, que já terá contactado o empresário para saber as condições exigidas para o contratar por três temporadas. Leões não gostam do ruído à volta do técnico, que recusa falar do futuro numa fase crucial da época.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Amorim já venceu um campeonato em Alvalade e este ano está bem encaminhado.

O destino de Rúben Amorim parece cada vez mais traçado e passa pela saída do Sporting no final da temporada e muito provavelmente pelo ingresso no Liverpool. O DN tentou contactar o advogado e representante do treinador leonino para saber se tinha reunido, ou ia reunir com o clube inglês, como foi noticiado, mas até à hora de fecho desta edição não foi possível. Quem não gosta deste ruído à volta do futuro do técnico numa altura crucial da época é o Sporting, que luta pelo título e pela conquista da Taça de Portugal.

Amorim foi apontado no passado como “alvo prioritário” do Tottenham, “conversou” com o Chelsea, da mesma forma como “esteve na lista” do Barcelona e foi “contactado” pelo Manchester United”. Agora é apontado insistentemente por grande parte da imprensa inglesa como alvo prioritário do Liverpool, depois de falhado o plano A que era Xabi Alonso.

Com o alemão Jürgen Klopp de saída, os reds procuram um treinador para pegar na equipa assim que o germânico sair e o nome de Rúben Amorim parecer ser o primeiro da lista de Michael Edwards (CEO) e Richard Hughes (diretor) nesta altura. Mesmo que custe alguns milhões de euros.

Amorim tem contrato com o Sporting até 2026 e uma cláusula de rescisão múltipla: 30 milhões se um clube português o quiser ir buscar a Alvalade e 20 milhões de euros se for um clube estrangeiro. No entanto, o técnico terá um acordo verbal com o presidente Frederico Varandas para uma saída a bem por um valor inferior, na ordem dos 10 milhões de eu-

ros, caso o clube interessado faça parte de uma pequena lista de tubarões a quem Rúben Amorim não consiga dizer que não. E o Liverpool e a Premier League são o caso.

Os dez milhões de euros é um valor simbólico para os leões, uma vez que foi essa mesma verba que o clube leonino investiu no técnico, quando Amorim ainda não tinha provas dadas e tinha acabado de assumir o comando do Sp. Braga. Aliás, nessa altura, o presidente Frederico Varandas chegou a dizer que iria justificar o que custou e logo no ano a seguir foi campeão nacional, acabando com um jejum de 19 anos.

Para já, Amorim está totalmente focado na conquista do título nacional – lidera com mais quatro pontos que o Benfica e ainda tem um jogo a menos – e da Taça de Portugal, e não quer ouvir falar do futuro até a época acabar.

Mas isso não significa que o seu advogado e representante, Raúl Costa, não o faça. E segundo alguns relatos já o fez ontem com o Liverpool, depois de gorada a possibilidade de o emblema de Anfield contratar Xabi Alonso, treinador espanhol que decidiu manter-se no Bayer Leverkusen, que procura fazer campeão da Bundesliga esta época. Além de Xabi Alonso, também Amorim e De Zerbi (Brighton) estavam na lista do Liverpool, clube que lhe deverá oferecer um contrato de três épocas, o ideal para começar um novo ciclo de sucesso.

Esta semana, quando confrontado com o tema e depois de reiterar várias vezes que se não conquistar nada sai pelo próprio pé e sem indemnização, Amorim calou-se. “Não vou falar do meu futuro. Quero sempre responder, mas há coisas às quais não posso. No início do ano, depois de termos ficado em quarto lugar, senti que tínhamos de fazer algo diferente para merecermos estar aqui. Sou treinador do Sporting, continua tudo igual e agora é pensar no jogo de Barcelos”, disse o técnico leonino de 39 anos depois de vencer o dérbi lisboeta (2-1) e se colocar em vantagem na luta pelo título.

Os rumores são cada vez maiores e a imprensa inglesa rejubila com a possibilidade de Rúben Amorim ser contratado pelo Liverpool. Alguns jornais já o apelidaram até de *The Special One 2*. “Conheço-o muito bem. Terminámos juntos o curso de licença profissional [de treinador da UEFA] e o Rúben impressionou-me muito. É muito humilde, discreto e tem uma mentalidade muito clara. O destino dele é sair do Sporting e quando se tem três ou quatro possibilidades nestes grandes clubes, o nome dele vai estar sempre num dos clubes de topo, de certeza, a 100%.” Foi assim que Abel Xavier deu por terminado o ciclo de Amorim no Sporting em declarações à BBC. Já para Oceano Cruz, o compatriota “é um dos melhores treinadores do Mundo” e por isso não o surpreende que os reds o aborem.

isaura.almeida@dn.pt

● Sporting pode bater recorde de pontos

A vitória no dérbi da 28.ª jornada da I Liga deixou o Sporting com 71 pontos, quando lhe faltam jogar mais sete rondas até final da época. Com 21 pontos em disputa e sendo que 15 serão os suficientes para garantir o título... se conseguir pelo menos 16 nos jogos que faltam, a equipa de Rúben Amorim pode bater o recorde de pontos e superar o registo de 86 da era Jorge Jesus em 2015-16. O máximo do técnico são 85 pontos numa temporada. E se em 2020-21 chegaram para ser campeão, em 2021-22 só deu para o segundo lugar. O próximo jogo dos leões é com o Gil Vicente (sexta-feira) e o jogo em atraso, com o Famalicão, está marcado para o dia 16.

Ancelotti vs. Guardiola. O 11.º duelo entre dois colecionadores de títulos

CHAMPIONS O Bernabéu será palco hoje de um Real Madrid-Manchester City, jogo digno de uma final da Liga dos Campeões. Técnico dos *merengues* diz que no ano passado a equipa “jogou sem coragem e personalidade” contra os ingleses e que isso será alterado. O catalão responde que “vencer duas vezes seguidas o Real Madrid é quase impossível”, porque se trata de um clube orgulhoso.

TEXTO NUNO FERNANDES

A Liga dos Campeões está de volta esta noite e com um jogo à altura de uma verdadeira final, que vai colocar frente a frente o Real Madrid e o Manchester City, precisamente os dois últimos clubes vencedores da prova milionária. Será também um duelo entre dois dos treinadores mais titulados de sempre – juntos somam 64 troféus.

Pep Guardiola, 53 anos, treinador do City desde 2016, é o segundo técnico da história do futebol com mais troféus, num total de 37, apenas superado por Alex Ferguson (49). Nestalista de ilustres, Carlo Ancelotti, 64 anos, do Real Madrid, ocupa a sexta posição, com 27, superado pelos dois já referidos e ainda por Ottmar Hitzfeld (28), Valeriy Lobanovski (30) e Mircea Lucescu (32).

Há contudo uma competição na qual Ancelotti não dá hipóteses à concorrência. O italiano (cumprir hoje 200 jogos na *Champions*) é o treinador com mais Ligas dos Campeões: quatro – 2002/03 e 2006/07 pelo AC Milan; 2013/14 e 2021/22 pelo Real Madrid. Já Guardiola tem três – 2008/09 e 2010/11 pelo Barcelona; 2022/23 pelo Manchester City –, o mesmo número de Bob Paisley e Zinedine Zidane.

Os dois técnicos são também velhos conhecidos e já estiveram frente a frente em 10 ocasiões (seis na *Champions*, três na Liga inglesa e uma na Taça de Inglaterra). E Guardiola também se superioriza neste duelo particular, com seis vitórias, um empate e três derrotas.

O italiano, porém, leva vantagem nas eliminatórias que disputou com Guardiola na Liga dos Campeões (sempre nas meias-finais) – seguiu em frente duas vezes e ficou pelo caminho numa. A primeira foi na época 2013/14, quando Ancelotti orientava o Real e Guardiola o Bayern Munique (os *merengues* venceram em casa por 1-0 e fora por 0-4). Em 2021-22, o Real voltou a levar a melhor, desta vez nos desempates por penáltis. Mas no ano passado o City vingou-se, apurando-se para a final (que viria a ganhar), ao golear por 4-0 (com um bis do internacional português Bernardo Silva) em Inglaterra, depois de ter perdido pela margem mínima em Madrid.

Uma goleada que foi recordada ontem por Ancelotti. “Nesse jogo atuámos sem coragem e personalidade. São aspetos fundamentais nestas partidas e na época passada faltou-nos isso”, disse o italiano, ad-

mitindo estar “nervoso”: “O sofrimento faz parte do nosso trabalho. É o que nos mantém vivos, mas é gasolina para mim. De um e outro lado há jogadores de enorme qualidade e isso pode ser determinante para o desfecho do jogo.”

13 vitórias contra o Real

O confronto de hoje marcará também o reencontro de Pep Guardiola com o Real Madrid, com quem travou dezenas de duelos, sobretudo nos tempos em que orientava o Bar-

celona. O técnico catalão já defrontou os *merengues* em 23 ocasiões e tem razões para sorrir: venceu 13 vezes, empatou cinco e perdeu cinco. Um saldo positivo que vai tentar manter esta noite no jogo da primeira mão dos quartos-de-final.

“Não é a minha primeira vez contra o Real Madrid. Estamos unicamente focados nos seus pontos fortes. Na temporada passada vencemos, na anterior perdemos. É um clássico, mas aqui são jogos sempre complicados. Eles controlam muitos aspetos do jogo e cabem-nos tentar impor a nossa forma de jogar”, disse ontem Guardiola, para quem “ganhar ao Real Madrid duas vezes seguidas é quase impossível”, pois trata-se de uma equipa “com um orgulho enorme”.

Se a história das provas europeias tivesse influência no desfecho do jogo, o favoritismo estava claramente do lado dos espanhóis, que são de longe o clube com mais Taças/Liga dos Campeões conquistadas, num total de 14, seis delas neste século. Já o City conta apenas com uma no currículo, ganha na época passada.

Num jogo onde não se pode dizer que haja um claro favorito, de um e outro lado existem argumentos de sobra. No City, além dos portugueses Rúben Dias e Bernardo Silva, o treinador Pep Guardiola pode contar com um De Bruyne em grande forma e, claro, com o poder de fogo de Haaland.

No Real Madrid, a dupla de ataque composta pelos brasileiros Vinícius Júnior e Rodrygo é sempre capaz de fazer estragos. E no meio-campo Jude Bellingham tem-se assumido como uma das grandes figuras deste plantel.

O outro jogo desta noite também promete ser um grande espetáculo e vai colocar frente a frente o Arsenal de Fábio Vieira, líder do Campeonato Inglês, e o Bayern Munique de Raphaël Guerreiro, equipa alemã que tem desiludido esta temporada.

Os londrinos vão ter pela frente um dos seus maiores carrascos de sempre, o avançado inglês Harry Kane, que joga na equipa bávara, e que foi sempre um terror para o Arsenal quando atuava no Tottenham – 14 golos em 17 jogos na Liga Inglesa.

nuno.fernandes@dn.pt

BREVES

FC Porto volta a questionar as arbitragens

O FC Porto voltou ontem à carga contra a atuação do árbitro Fábio Veríssimo na derrota dos dragões, domingo, diante do V. Guimarães, questionando uma grande penalidade que terá ficado por assinalar sobre Galeno, e o livre que originou o golo dos minhotos e a expulsão de Pepe. “Como já confirmaram os especialistas, logo ao minuto quatro, ainda com 0-0 no marcador, ficou por assinalar um penálti claro sobre Galeno. Pouco depois, o primeiro golo do Vitória nasce de uma falta menos evidente. Na segunda parte, Pepe foi expulso por ter feito um gesto a sinalizar a necessidade de uso de óculos. Noutros campos, com outras camisolas vestidas, pode-se dar cabeçadas a árbitros ou murros a adversários sem qualquer tipo de sanção”, criticaram os dragões na newsletter Dragões Diário.

Everton perde mais dois pontos

O Everton foi sancionado com a perda de mais dois pontos na Liga Inglesa, por irregularidades financeiras, motivo que já tinha feito os *toffees* perderem outros seis. No final de 2023, a equipa de Liverpool já tinha sido punida com a perda de 10 pontos, em virtude de não ter cumprido as regras financeiras da *Premier League* até 2021/22, castigo que, após recurso, foi reduzido para seis pontos. O Everton foi agora condenado por ter ultrapassado os 105 milhões de libras (cerca de 123 milhões de euros) de despesa em três anos, até 2022/23, que são autorizados pela competição. Esta decisão foi tomada por uma comissão independente da Liga Inglesa e é passível de recurso. Com este castigo, o Everton cai para a 16.ª posição, com 27 pontos, a apenas dois do primeiro lugar em zona de despromoção, ocupado neste momento pelo Luton.



Ancelotti e Guardiola: o último duelo entre as duas equipas terminou com um 4-0 a favor do City.

PIERRE-PHILIPPE MARCOU / AFP

Elettra Stamboulis

"Zodiaco é um livro bastante singular"

BD A escritora e o seu parceiro, o ilustrador Gianluca Costantini, ambos italianos, criaram com Ai Weiwei uma original solução gráfica, através dos símbolos do zodíaco chinês, para contar as memórias do artista.

ENTREVISTA **CÉSAR AVÓ**

Numa entrevista, Ai Weiwei disse que este livro nasceu graças às redes sociais, porque é onde o artista é muito ativo e disponibiliza muita informação. Como é que a Elettra e o Gianluca Costantini entraram na equação?

O Gianluca estava em contacto com Ai Weiwei desde 2017, porque seguia as suas campanhas sobre os migrantes em Lesbos. Foi nessa altura que começou a desenhá-lo pela primeira vez. Quando o artista chinês inaugurou a sua exposição em Florença, no Palazzo Strozzi, foi uma oportunidade para nos conhecermos. Eu também fui, porque o Gianluca não fala inglês. Costantini tinha preparado um retrato do pai de Ai Weiwei como presente: isso impressionou muito Ai Weiwei, que perguntou o que queríamos fazer com ele. E eu disse: "A única coisa que fazemos bem, uma banda desenhada." Ao que respondeu: "Ah, interessante." Passado um ano, chamou-nos a Berlim para falarmos sobre o assunto e fazermos uma proposta concreta. Foi aí que, na realidade, a ideia nasceu. Trabalhámos diretamente por conta dele.

A ideia de contar as memórias do artista através dos animais do zodíaco chinês foi sua?

Exatamente. Foi graças a uma fotografia que tirámos à saída do estúdio, em Berlim, por baixo de uma obra sua dedicada ao zodíaco. Quando concebo uma BD, é muito importante, para mim, ter uma estrutura criativa: trabalho um pouco na linha do Oulipo [grupo literário experimental] ou de Italo Calvino. A minha escrita tem de obedecer a uma regra rígida. Neste caso, 12 signos, 12 páginas por capítulo, era esse o limite. Além disso, o tema do zodíaco está muito presente numa série de obras de Ai Weiwei e apercebi-me de que é também um aspeto peculiar da cultura popular chinesa. O próprio artista perguntou a Gianluca, ao sair

do estúdio, qual era o seu signo chinês. Nesse momento, apercebi-me de que se trata de um elemento que, de alguma forma, atravessa os relacionamentos: quase nunca perguntamos o signo do zodíaco numa reunião de negócios, por mais amigáveis e familiares que sejamos.

Apesar da dureza da infância de Ai Weiwei ou dos maus-tratos que sofreu em adulto pelo regime chinês, o tom geral é poético e terno. Era esse o objetivo?

A poesia é outro elemento-chave da poética de Ai Weiwei: o facto de Ai Qing, o pai do artista, ser um dos poetas mais importantes da República Popular da China – e muito mais famoso do que o filho – é um aspeto crucial da vida do artista, mas também do seu horizonte. Ai Qing tornou-se poeta porque não podia ser artista na prisão: de certa forma, as escolhas posteriores de dois dos seus filhos (um irmão do lado do pai que aparece no livro é também pintor) completam a sua biografia, quase como uma compensação. Creio que para dizer coisas importantes não é preciso mostrar crueldade, muito pelo contrário. Estamos viciados em cenas de violência narrativa e hiperviolência, mas estas apenas nos anestesiam.

A técnica de ilustração utilizada em Zodiaco representa uma rutura com os vossos trabalhos anteriores. Porquê esta solução gráfica?

Gianluca afinou o seu estilo em contacto direto com Ai Weiwei, que pretendia um traço que ecoasse um estilo gráfico típico de uma certa BD chinesa, em particular de He Youzhi. O trabalho de preparação estilística era uma condição prévia, porque este livro é uma obra de um artista criada em colaboração com duas outras pessoas, um artista e uma escritora, que interpretaram os seus pedidos e expectativas num diálogo estreito. Neste sentido, penso que é



um livro bastante singular: ao contrário de outros livros de banda desenhada "sobre" artistas, é o trabalho de um artista concetual. Gianluca tem esta característica em geral, de nunca repetir um estilo gráfico: não é maneirista, mas a sua linha serve a



ZODIACO
Ai Weiwei com Elettra Stamboulis e ilustrações de Gianluca Costantini
Objectiva
184 páginas

história. A sua linha, o seu estilo gráfico é um aspeto semântico e adapta-se ao que se quer contar.

A parceria com Costantini começou ao criarem o Festival Komikazen, de BD de não-ficção e, desde então, dedicaram livros a acontecimentos históricos ou a memórias de personalidades como Gramsci, Pasolini ou Berlinguer. Porquê esta escolha? Será a realidade mais relevante do que a ficção?

O Gianluca e eu começámos a trabalhar juntos muito antes de vivermos juntos, como um casal de curadores: o que nos interessava era mostrar aspetos invisíveis, experiências artísticas *underground*. Em dezembro de 2000, fui a Israel e à Palestina com um grupo de ativistas feministas. Quando regresssei, li *Palestina: Uma Nação Ocupada*, de Joe Sacco, onde apareciam muitas das pessoas que tinha conhecido na viagem. Para nós, essa era a história escondida que tinha de ser mostrada, por isso organizámos a nossa primeira exposição de BD, que foi um enorme e inesperado sucesso, tendo também viajado para muitos

países europeus. E começou esta viagem, que é feita de muitas paragens. Uma importante, em 2006, também em Lisboa [*Banda Desenhada Política*, na Bedeteca]. Não creio que a realidade seja mais relevante do que a ficção, até porque quando narramos há sempre um elemento de recriação, de distorção, de distanciamento, até de traição. O próprio desenho é uma arte que subtrai, não acrescenta. Precisamos da História real para dizer o que queremos dizer, para entregar a nossa mensagem numa garrafa. *Zodiaco*, por exemplo, é baseado na vida de Ai Weiwei, mas no que nós três estávamos interessados em transmitir ao leitor é o amor pela arte como ferramenta de mudança e o valor da liberdade de pensamento. Para ser franca, no início o artista estava cético quanto a colocar a sua biografia no centro das atenções. Mas depois convenceu-se de que poderia ser um elemento útil para a narrativa. É preciso dizer que só li a sua autobiografia depois de terminar *Zodiaco*, isto também foi um ato de um artista concetual...

cesar.avo@dn.pt



Teresa de Berganza nasceu em Madrid em 1933.



A mezzo-soprano teve uma carreira excepcionalmente longa (58 anos).

Uma Carmen para lembrar Teresa de Berganza

CANTO LÍRICO Senhora de uma carreira de excelência ao longo de mais de meio século, Teresa de Berganza não escondia a sua preferência por *Carmen*. É com um espetáculo concebido em torno dessa ópera de Bizet que Cascais homenageia a cantora.

TEXTO MARIA JOÃO MARTINS

Herbert von Karajan, que não era dado a elogios fáceis, chamou-lhe *A Grande Carmen* do século XX. O que não é dizer pouco se pensarmos que este papel também foi interpretado por Maria Callas ou Angela Gheorghiu. Falamos da mezzo-soprano espanhola Teresa Berganza (1933-2022), que será homenageada na próxima 5ª feira, 11, no Casino Estoril, na Gala de ópera *Carmen para Berganza*, no âmbito da 1.ª edição do *Cascais Ópera – Concurso Internacional de Canto*, que está a decorrer até ao próximo domingo. A mais espanhola das óperas do repertório clássico (apesar de composta pelo francês Georges Bizet) será evocada num recital interpretado por Cátia Morezo (*Carmen*), Luís Gomes (*Don José*), Sergei Leiferkus (*Escamillo*) e Carla Caramujo (*Micaela*), acompanhados pela Orquestra Sinfónica de Cascais, dirigida pelo Maestro Nikolay Lalov, e pelo Coro participativo Cascais Ópera a cargo do Maestro Francisco Pinheiro.

O porquê da escolha de *Carmen* para fazer esta homenagem foi explicada ao DN, em outubro último, pelo diretor artístico do *Cascais Ópera*, o pianista Adriano Jordão: “A Teresa de Berganza foi *A Grande Carmen* e chegou a escrever uma carta, a que tive acesso, em que explicava o que pensava sobre a personagem, irritando-se muito com o facto de ela ser tratada quase como uma prostituta. Ela achava que a *Carmen* é uma mulher libertada. A minha ideia é pegar nesse conceito e desvulgarizar a *Carmen*.”

Uma ideia que é corroborada pela própria filha de Teresa, a também cantora Cecilia Lavilla Berganza, que nos diz que, para a mãe, “a *Carmen* era uma experiência de vida e luz”. “Embora também tivesse sido inesquecível noutros papéis muito importantes (a Rosina de *O Barbeiro de Sevilha*, de Rossini por exemplo) ela considerava que a ópera de Bizet era uma expressão de emancipação feminina, que lhe inspirou muita coragem e determinação na sua própria vida.”

Nascida em Madrid, em 1933, Teresa de Berganza teve uma carreira excepcionalmente longa (58 anos), durante os quais ganhou várias distinções, como o Prémio Príncipe das Astúrias para as Artes e o Prémio Nacional de Música. Foi a primeira mulher a tornar-se membro da Academia Real das Artes, no seu país. A sua primeira apresentação pública aconteceu em 1955, no Ateneo de Madrid, mas o seu primeiro grande sucesso ocorreria dois anos depois no *Festival de Aix-en-Provence* (França), na ópera *Così fan tutte*, de Mozart.

Carmen para a História

A partir da década de 1970, a sua carreira seria marcada pela *Carmen*, ficando para a História a versão, por si interpretada, e dirigida

Ao DN, a filha, Cecilia, recorda Teresa como “uma mãe muito carinhosa e presente, mesmo que condicionada pelas constantes viagens a que a sua carreira a obrigava”. E acrescenta: “Era uma mulher muito normal, não era uma diva.”

pelo maestro italiano Claudio Abbado, no *Festival de Edimburgo*. A seu lado estavam, nada mais, nada menos, que Plácido Domingo e Ileana Cotrubas.

Outros momentos especiais na carreira artística de Berganza seriam as apresentações na cerimónia de abertura da *Exposição Universal de Sevilha* e nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992.

A mezzo-soprano apresentou-se dezenas de vezes em palcos portugueses, quer no âmbito das temporadas de música da Fundação Calouste Gulbenkian, quer em festivais e encontros de música, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, como o antigo *Festival dos Capuchos*, o *Festival de Música da Costa do Estoril* ou os *Encontros de Música da Casa de Mateus*, onde foi uma presença regular, até ao início dos anos 2000. Isto sem esquecer as várias passagens pelo Teatro Nacional de São Carlos, como aconteceu em 1988, num recital com a participação do barítono português Jorge Chaminé, e num programa dedicado ao compositor espanhol Manuel de Falla, em 1996.

A partir do final de 1999, substituiu o tenor Alfredo Kraus, seu compatriota, que tinha morrido em setembro, à frente da Cátedra de Canto da Escola de Música Rainha Sofia. Só em 2008, já com 75 anos cumpridos, é que renunciaria definitivamente aos palcos.

Ao DN, a filha, Cecilia, recorda Teresa como “uma mãe muito carinhosa e presente, mesmo que condicionada pelas constantes viagens a que a sua carreira a obrigava”. E acrescenta: “Era uma mulher muito normal, não era uma diva.”

A essa mãe e ao pai, o pianista, Félix Lavilla, deve Cecilia “o privilégio de ter tido uma casa cheia de música”. Dedicada ao canto lírico também ela, há muito que superou o medo das comparações. “Aprendi a dizer: os meus pais eram os meus pais, eu sou eu própria e traço o meu próprio caminho. Mas devo-lhes muito.”

dnot@dn.pt



Opinião Guilherme d'Oliveira Martins

A arte de uma correspondência

O encontro de agora de Amadeo de Souza Cardoso, Sonia e Robert Delaunay em Paris, no Centro Pompidou, numa exposição memorável, inaugurada há dias, constitui um marco fundamental para a compreensão da história do modernismo no início do século XX. Depois da apresentação no Grand Palais parisiense da grande retrospectiva sobre Amadeo, com curadoria de Helena de Freitas (2016), há agora oportunidade para, através de uma correspondência entre os três artistas de exceção, se proceder à análise (que é disso que se trata para o visitante informado) de um verdadeiro diálogo, baseado em identidades criadoras que se diferenciam e que se completam, dando-se à expressão Correspondência(s) um significado que envolve aproximação e emancipação no domínio do pensamento e da arte.

Como diz Helena de Freitas num precioso catálogo: “Foi uma escandalosamente (quase) desconhecida correspondência que deu corpo ao histórico da relação destes três artistas, e dos restantes que constituíram os artistas da chamada “*corporation nouvelle*” reunidos pela guerra (de 1914-18) em Portugal e em Espanha”. E o certo é que essa ideia de grupo informal surge como sinal de uma surpreendente modernidade, à volta das ideias de *expositions mouvantes*, de transferências culturais e de um trabalho transnacional em rede, em tudo contrariando qualquer centralismo parisiense.

A verdade é que a exposição do Centro Pompidou é, ela mesma, uma ilustração criativa da ideia complexa de correspondência, antes de mais expressa no rico diálogo entre Helena de Freitas e Angela Lampe na apresentação do tema e, em seguida, na demonstração prática sobre os percursos paralelos de Amadeo e dos Delaunay, nos quais nos apercebemos bem da independência de Amadeo, avesso à ideia de escola, em contraponto com o caminho de Sonia e Robert.

Como salientaram Laurent Le Bon, presidente do Centro Pompidou, e Xavier Rey, diretor do Museu Nacional de Arte Moderna, a cooperação com a Fundação Calouste Gulbenkian “ins-

creve-se numa ambição mais alargada de reescrever a história da arte do início do século XX, revelando um panorama artístico complexo e interconectado”. E assim podemos não só reconhecer a grande importância da obra de Amadeo, mas também compreender neste contacto transfronteiras o sentido plural das raízes do pensamento moderno, bem evidenciado no grupo que abrange ainda Eduardo Viana, Almada Negreiros e Samuel Halpert, que Ana Vasconcelos criteriosamente tem estudado.

Contudo, a força criadora capaz de pôr as cores a girar e de garantir o culto da luz, como dizia Sonia, foi perturbada por um episódio grotesco em que a artista foi vítima de uma denúncia anónima, algo delirante, que a acusava de ser espiã pró-alemã, por emitir sinais, através dos círculos órficos da sua pintura, para os submarinos alemães ao largo da costa portuguesa. Foi um caso caricato que projetou para fora da dimensão artística uma premonição intelectual que constituiu pano de fundo para estas correspondências que representam a vivência de uma nova mentalidade na arte de pensar e de criar.

Sente-se o ambiente tenso. Amadeo, em 1915, diz: “Esta paz tornou-se demasiado cara (...) e nós estamos a pagá-la.” Mas, perante as acusações absurdas de espionagem, já em 1916, descansa Robert Delaunay: “Fique tranquilo. Tudo acabará por correr bem. A verdade é a razão são muito poderosas. Todo o Porto está ao corrente deste caso e Lisboa também. Depois disto, fará exposições artísticas ainda com mais sucesso...” E dirigindo-se a Sonia: “O meu jardim está pleno de cores de seiva e de luz. Há morangos para encher os cestos, ‘rosas jovens e fortes’. Estou apaixonado. O Rimbaud vive no meu quarto. Vivo sob ‘cúpulas de esmeraldas’. Vejo ‘na minha anca a assinatura do poeta, e sou animal, e isso agrada-me.” E, embrenhado nesse prazer vivido, em Manhufe, Vila Meã, concluía: “Cuido, do que aprendi e herdei.”

Administrador-executivo
da Fundação Calouste Gulbenkian



Opinião Luís Castro Mendes

Carta de Bruxelas

Na *Feira do Livro de Bruxelas*, dois escritores europeus, o austríaco Robert Menasse e o ucraniano Andrei Kurkov, debatem o futuro da União Europeia. Esta está a desviar-se perigosamente, segundo Menasse, dos princípios da sua matriz fundadora, a democracia liberal e a economia social de mercado. Ao mesmo tempo diz-nos Kurkov, o projeto europeu constitui para a Ucrânia a única direção possível para poder afirmar a sua independência, ainda que reconheça que dificilmente a adesão terá lugar antes do fim da guerra.

Menasse fez-se eco das queixas dos países balcânicos, que esperam há 15 anos, num lentíssimo processo de candidaturas à adesão, enquanto veem que tudo se veio acelerar com a candidatura da Ucrânia. Mas Kurkov, um realista, julga que muitos anos passarão antes do momento de adesão do seu país à UE.

Enquanto acompanho o debate, feito já o que tinha a fazer nesta *Feira do Livro*, folheio o jornal diário de Bruxelas *Le Soir*, que interroga e se interroga por que razão, para as eleições nacionais em junho, a extrema-direita flamenga do Vlaams Delag consegue, na Flandres, chegar nas sondagens a 27%, francamente à frente de todos os demais partidos. As explicações são as que encontramos em todo o lado: as pessoas não se sentem ouvidas e reconhecidas; as pessoas odeiam os imigrantes e têm medo dos muçulmanos; as pessoas querem voltar a uma Bélgica branca e moralmente conservadora.

Este quadro reproduz-se por toda a

Europa e podemos questionar com que direito mantemos as exigências de Copenhaga para os novos membros, quando em muitos dos antigos membros surgem forças políticas relevantes, à beira do poder, prontas para contornar tais exigências da Democracia e do Estado de Direito?

Face a esta política a extremar-se e a esta sociedade cindida, sinto-me em casa, no pior dos sentidos do termo. Somos parte desta Europa que se desentende dia a dia e os problemas dos europeus são os nossos problemas. Para o bem e para o mal, estamos juntos!

Além da *Feira do Livro*, tive ainda o prazer de um encontro na livraria portuguesa de Bruxelas, chamada precisamente *La Petite Portugaise*. Este nome nasceu da ideia de se distinguir da falecida livraria portuguesa bruxelense Orfeu. Mas a seleção dos livros portugueses que tem à venda revela um gosto seguro e um conhecimento atualizado e atento do que melhor se escreve e publica em Portugal. Tem clientes fiéis, debates frequentes com autores e uma vida e atividade notáveis para uma livraria pequena e feita por pouca gente, como esta “*Petite Portugaise*”. Que cresça e que seja cada vez mais conhecida e apoiada pelos portugueses de Bruxelas!

A minha iniciação à língua e à cultura francesa foi feita nos livros do belga Herge e a minha devoção a *Tintin* vem de longe e continua firme dentro de mim. Jacques Brel foi outro mestre, lírico e desesperado, satirizando sempre os burgueses bem instalados na vida e com uma conceção amarga do amor como eterna luta.

A exposição *Surrealismo na Bélgica*, aberta no Bozar, mostra como a vanguarda artística belga lutou contra o conservadorismo social e desafiou todas as convenções. Devemos ao surrealismo belga pintores como Magritte e Delvaux, poetas como Nougé. Com todas as suas ligações a Paris e aos movimentos literários e culturais franceses, a expressão artística belga mantém traços de originalidade bem marcada.

Escrevo de Bruxelas para não falar de nós. Mas, neste momento, a verdade é que tudo na Europa fala de nós.

Diplomata e escritor

“

Somos parte desta Europa que se desentende dia a dia e os problemas dos europeus são os nossos problemas. Para o bem e para o mal, estamos juntos!”

Women'sHealth

REVISTA BIMESTRAL

PORTUGAL

Women'sHealth

MAIS FELIZ, SAUDÁVEL E COM ENERGIA

EDICÃO ESPECIAL 10 ANOS

Sara Correia

A VOZ DO FADO, A GARRA E A LIBERDADE DE ESCOLHER SER QUEM REALMENTE SE É!

PORTUGAL

Women'sHealth

MAIS FELIZ, SAUDÁVEL E COM ENERGIA

EDICÃO ESPECIAL 10 ANOS

Sara Correia

A VOZ DO FADO, A GARRA E A LIBERDADE DE ESCOLHER SER QUEM REALMENTE SE É!

PORTUGAL

Women'sHealth

MAIS FELIZ, SAUDÁVEL E COM ENERGIA

EDICÃO ESPECIAL 10 ANOS

Sara Correia

A VOZ DO FADO, A GARRA E A LIBERDADE DE ESCOLHER SER QUEM REALMENTE SE É!

ASSINE A

WOMEN'S HEALTH

PAPEL+DIGITAL

POR APENAS ~~21,00€~~

14,90€/6 EDIÇÕES

LIGUE 219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLUIDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 20 DE ABRIL DE 2024, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEGM.PT | APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).

avisos, tribunais e conservatórias

emprego

CHAMADA GRATUITA

CALL CENTER

800 200 226

ANUNCIAR É FÁCIL

necrologia

Diário de Notícias

PARA ANUNCIAR

800 241 241

CHAMADA GRATUITA

DIAS ÚTEIS entre as 9h00 e as 18h30

EDITAL 207/2024 | PROJETO MUNICIPAL DENOMINADO “NOVAS ACESSIBILIDADES A MURCHES” – RELATÓRIOS VAPRM

CÂMARA MUNICIPAL CASCAIS

MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES VIDAL, Diretora do Departamento Financeiro, da Câmara Municipal de Cascais, no uso da competência subdelegada prevista no ponto 6.1 do Despacho n.º 3/2024 de 24 de janeiro, torna publico a notificação dos expropriados e demais interessados das parcelas de terreno P1 e P2, que se encontram disponíveis para consulta na Divisão de Expropriações, sita no Edifício Cascais Center, piso 2, da Rua Manuel Joaquim Avelar n.º 118, em Cascais, no período das 9h às 13h e das 14h às 17h, os relatórios das vistorias ad perpetuum rei memoriam, realizadas no dia 8 de março de 2024, pelo perito nomeado em 15 de fevereiro de 2024, por despacho da Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, em cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 21.º do Código das Expropriações, aprovado em anexo à Lei n.º 169/99 de 18 de setembro na sua atual redação. Mais ficam notificados os proprietários e demais interessados das parcelas supramencionadas, para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da última publicação do presente Edital nos jornais, apresentar reclamação contra o seu conteúdo.

Cascais e Paços do Concelho, 03 de abril de 2024

A Diretora do Departamento Financeiro

(no uso das competências subdelegadas conforme despacho n.º 3/2024 de 24 de janeiro)

(Fátima Vidal)

Servilusa 800 204 222

MÁRIO RODRIGUES MARQUES CALADO

(Diretor da Divisão de Instrumentos do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

FALECEU

A Família participa o seu falecimento e que o funeral realiza-se hoje, pelas 11 horas, saindo da Igreja de Carcavelos para o crematório de Cascais, em Alcabideche. Às 10.30 horas será celebrada a Cerimónia Religiosa. Agradecemos desde já, a todas as pessoas que de alguma forma, lhes manifestarem o seu pesar.

AGÊNCIA FUNERÁRIA SERVILUSA

Servilusa 800 204 222

Professora

MARIA JOSÉ DE SINTRA BARROS GALAZ PIMENTA

FALECEU

Seus Filhos e Netos, participam o seu falecimento e informam que o velório terá início hoje, dia 09/04/2024 pelas 17 horas na Capela da Igreja Paroquial de São Pedro e São João do Estoril e que o funeral se realiza amanhã, dia 10/04/2024 pelas 15 horas, da Igreja para o cemitério da Guia, Cascais, precedendo de Celebração Religiosa pelas 14 horas.

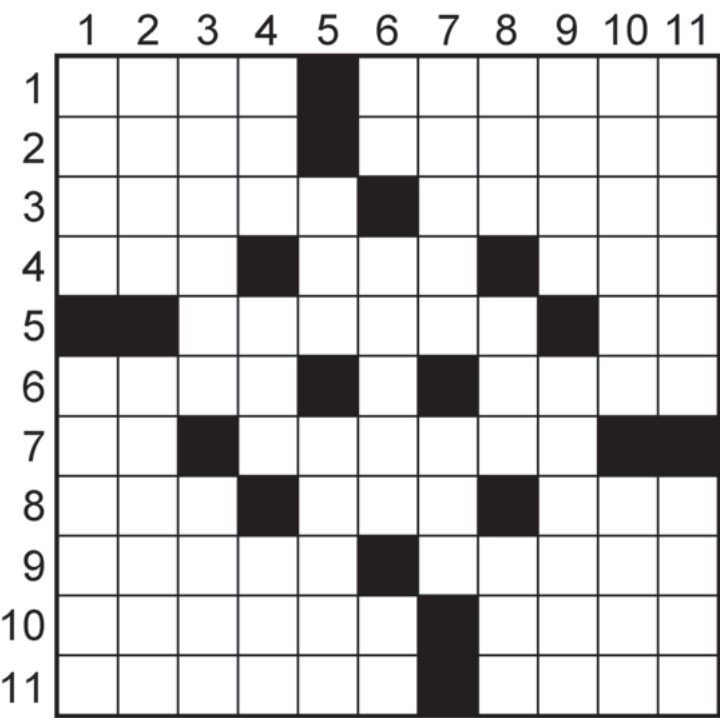
AGÊNCIA FUNERÁRIA MAGNO - PAREDE

WOMENSHEALTHPORTUGAL

@WOMENSHEALTHPORTUGAL

WOMENSHEALTH.PT

● PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: **1.** Guarnecer com abas. Somente. **2.** Sufrágio. A carreira mais rápida de alguns animais quadrúpedes. **3.** Sovaco. Curar. **4.** Um prazer de quem gosta de livros. Redução de Internet. Procede. **5.** Afiançar. Suspiro. **6.** De preço elevado. Interjeição que designa repulsa ou raiva. **7.** Antes do meio-dia. Precipício. **8.** Sigla de Save Our Souls. Nome da letra M. *Short Message Service*. **9.** Campo de liça. Mau costume (figurado). **10.** Moca. Exclui. **11.** Cordão de metal ou de requife que guarnece ou abotoa a frente do vestuário. Filhote.

Verticais: **1.** Aprovação (figurado). Peça de vestuário de cerimónia para homem. **2.** Jogo de soco, pugilato. Sem a noção dos princípios da moral. **3.** Arremessar. Falta de chuva. **4.** Lista. Benéfica. Também não. **5.** Espaço de 12 meses. Mulher excessivamente devota. **6.** Prata (símbolo químico). Finalmente. Érbio (símbolo químico). **7.** Cargo de ministro de Estado. Preposição designativa de falta. **8.** Esclerose Lateral Amiotrófica. Viscera dupla. Abecedário. **9.** Esposa do filho. Emitir, qualquer animal, especialmente o cão, um ruído surdo e ameaçador. **10.** Extinguir o fogo ou a luz de. Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de pequenez. **11.** Ser lendário, metade mulher e metade peixe. Peça de vestuário.

● SUDOKU

	1		4	5		9		
	9			3				
3	8				1	2	7	5
	3							
		6	5	9		8	2	1
1				7		3		
	6	3	1			5		
			6		9		3	4

Palavras Cruzadas

Horizontais:

1. Abar. Apenas. 2. Voto. Galope. 3. Axila. 4. Ler. Net. Age. 5. Abonar. Al. 6. Caro. Irra. 7. AM. Absismo. 8. SOS. Eme. 9. SMS. 10. Arena. Mania. 11. Alamar. Cria.

Verticais:


1. Aval. Casaca. 2. Boxe. Amoral. 3. Atirar. Seca. 4. Rol. Boa. Nem. 5. Ano. 6. Beata. 7. Ag. Enfim. 8. Pasta. Sem. 9. ELA. Rím. Abc. 10. Nora. Rosnar. 11. Apagar. Mini. 11. Sereia. Saia.

8	5	1	6	2	9	7	3	4
7	4	9	3	8	5	6	1	2
2	6	3	1	4	7	5	9	8
1	2	5	8	7	4	3	6	9
4	7	6	5	9	3	8	2	1
9	3	8	2	1	6	4	5	7
3	8	4	9	6	1	2	7	5
5	9	2	7	3	8	1	4	6
6	1	7	4	5	2	9	8	3

SOLUÇÕES

Procure bons negócios no sítio certo.

●




EM PAPEL E NO DIGITAL.

QUEM PROCURA ENCONTRA.

classificados.dn.pt

Diário de Notícias



Diário de Notícias

O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA



Durante o teste fizemos uma média de consumo na ordem dos 16,7kWh, o que pelas nossas contas daria para cerca de 407 quilómetros de autonomia.

A bagageira oferece apenas 318 litros de capacidade, mas há um pequeno *frunk* na frente com mais 7 litros.



Volvo EX30: o mais pequeno e ambicioso SUV da marca sueca

MOTORES Quase a cumprir 100 anos, a Volvo continua comprometida com a segurança, como sempre. Mas vai muito além disso. O EX30, disponível partir de 37 894 euros, é prova disso.

TEXTO **FERNANDO MARQUES** (MOTOR 24)

A caminho de completar 100 anos, a Volvo continua comprometida com a segurança, como sempre. Mas, a ambição do fabricante sueco vai além da capacidade de os seus automóveis salvarem vidas humanas.

A preocupação da marca é também com o nosso planeta, preservando o único *habitat* da Humanidade para as próximas gerações. O EX30 representa em muitos aspetos esta ambição, ao ser o automóvel Volvo mais sustentável e ecológico de sempre – 25% do alumínio e 70% do aço e do plástico que utiliza são reciclados. No final de vida, 95% do veículo pode ser reciclado.

Este SUV urbano, que nasceu 100% elétrico, utiliza uma nova plataforma dedicada e mede 4,23m de comprimento e 1,83m de largura, o que faz dele o carro mais pequeno na oferta corrente da marca. A versão ensaiada *Single Motor Extended Range* conta com um motor elétrico síncrono de ímã permanente com 200kW (272cv), montado na parte de trás e fornece tração às rodas traseiras.

A bateria com maior capacidade (69kWh) promete, segundo a marca, uma autonomia de 480 quiló-

metros, de acordo com a norma WLTP. A mesma admite carregamentos em corrente alternada a 11kW, demorando 7h30 entre os 0% e os 100%, e cerca de 26 minutos a 153kW dos 10% aos 80% nos carregadores públicos de corrente direta.

O *design* conta com irreverência suficiente para captar os condutores mais jovens. Começando pelo exterior, a frente adota a estética transversal aos recentes modelos elétricos da Volvo, com as luzes diurnas em forma de Martelo de Thor. A colocação das rodas nos extremos, e a opção por linhas retas, resultam num *crossover* com aspeto musculado, contribuindo também para um bom desempenho aerodinâmico (0,28Cx).

Para entrar no EX30 basta aproximar o *smartphone* do pilar central para abrir as portas. Já no interior, os tradicionais clientes nacionais da marca sueca podem sofrer um choque. O grau de despojamento é quase monástico, com uma profusa utilização de materiais fabricados a partir de plantas, como o linho e o plástico reciclado. O resultado é a existência de superfícies suaves ao toque e, outras, duras, em locais onde não se espera, como no tablier e nas portas. De resto, há uma total au-

sência de botões, quando até os comandos para os vidros laterais foram deslocados das portas para a consola central. Existe um comutador que permite escolher se queremos controlar os da frente ou os traseiros.

Além disso e dos habituais botões no volante, os únicos comandos físicos que encontramos no interior do EX30 são os puxadores para abertura das portas, manípulo para luzes, piscas e limpa-para-brisas e o seletor de marcha, ambos na coluna de direção.

Ágil e silencioso

Em andamento, destacamos o silêncio a bordo. A posição de condu-

ção é ergonómica e o banco oferece um bom apoio. A velocidade máxima está limitada aos 180km/h. Os 5,3 segundos que demora a atingir os 100km/h pareceram-nos mais do que suficientes, mas quem quiser ser o primeiro a arrancar no semáforo pode optar pelo Twin Motor que reduz o tempo para 3,6 segundos. A suspensão tem firmeza que baste para controlar os movimentos laterais, oferecendo ao mesmo tempo agilidade e uma boa dose de conforto, apesar de estar equipado com jantes de 20 polegadas. Os lugares traseiros acolhem dois adultos, que dependendo da estatura podem bater com os joelhos nos bancos da frente. A bagageira oferece apenas 318 litros de capacidade, mas há um pequeno *frunk* na frente com mais 7 litros, onde podem ser guardados os cabos de carregamento. Continua a não ser fácil o hábito de desviar o olhar para a direita para verificar coisas tão simples



Há uma total ausência de botões e até os comandos para os vidros laterais foram deslocados das portas para a consola central.



ção é ergonómica e o banco oferece um bom apoio.

A velocidade máxima está limitada aos 180km/h. Os 5,3 segundos que demora a atingir os 100km/h pareceram-nos mais do que suficientes, mas quem quiser ser o primeiro a arrancar no semáforo pode optar pelo Twin Motor que reduz o tempo para 3,6 segundos.

A suspensão tem firmeza que baste para controlar os movimentos laterais, oferecendo ao mesmo tempo agilidade e uma boa dose de conforto, apesar de estar equipado com jantes de 20 polegadas.

Os lugares traseiros acolhem dois adultos, que dependendo da estatura podem bater com os joelhos nos bancos da frente. A bagageira oferece apenas 318 litros de capacidade, mas há um pequeno *frunk* na frente com mais 7 litros, onde podem ser guardados os cabos de carregamento.

Continua a não ser fácil o hábito de desviar o olhar para a direita para verificar coisas tão simples

como a que velocidade circulamos.

Além do já habitual info-entretenimento da Google, onde podemos usar o Spotify ou o Waze, tudo foi digitalizado para o ecrã de 12,3 polegadas, que concentra todas as informações respeitantes à condução e novidades, como a abertura do porta-luvas ou o ajuste dos espelhos retrovisores.

Mas somos constantemente alertados pelo Sistema de Segurança do carro quando desviamos o olhar da estrada para utilizar o sistema. A restante tecnologia a bordo do EX30 em matéria de segurança não cuida apenas dos passageiros, com múltiplas ajudas à condução. Integra agora também um alerta para a abertura das portas ao aproximar-se um peão, ciclista ou motociclista.

Durante o teste fizemos uma média de consumo na ordem dos 16,7kWh, o que pelas nossas contas daria para cerca de 407 quilómetros de autonomia. Estimativa que fica abaixo dos 480km anunciados pela marca.



O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 9 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN CRISTINA CAVACO, LUÍS MATIAS E SARA GUERRA

PREÇO 10 CENTAVOS (100 RÉIS)

Edição de 9 de Abril de 1924

Diário de Notícias

Empresário: José Rangel de Lima

Editor: Acúrcio Pereira

Empresa: Diário de Notícias

Endereço: Rua da Boavista, 78 - LISBOA

Telefone: 365, 534, 2446 e 5310

VIENA

DA REDACÇÃO

Os estadistas dos aliados não chegaram á craveira dos seus soldados: as revivências étnicas são mais fortes que as criações da inteligência.

Toda a gente sabe morrer; o que toda a gente não sabe é dar a sua vida.

O combatente da Grande Guerra foi um fulcro de deveres: o dever para consigo, o dever para com a Pátria, o dever para com a raça, o dever para com Deus, o dever para com a civilização e até o dever social. É isto que o faz grande.

O que derrotou a Alemanha foram os «imponderáveis», aquilo que eles não encontraram nem nas retóricas, nem nos campos dos microscópios e telescópios e com que os generais não entravam em jogo na estratégia: a alma, a virtude, o respeito, a liberdade, a civilização.

Na guerra do direito as trincheiras eram imenso tortas.

Depois da guerra, as grandes potências esqueceram os pequenos grandes povos: a Portugal só dá orgulho, é uma traição vulgar na sua história, aprendamos a contar só conosco.

Penso que a guerra foi ganha mais pelas lágrimas das mulheres que pelo sangue dos homens; a Redenção foi mais das lágrimas de Maria que do sangue de Jesus.

O carácter não é numa personalidade tão limitado como se pensa e como se usa: não é a correcção de relações—são as atitudes em encarar destinos, sobretudo os destinos dum povo.

A queda da Alemanha foi tão formidável que os escombros não couberam no seu território: andam por aí.

Eschilo, dos maiores criadores de todos os tempos, o sombrio inventor da tragedia, recomendou que lhe crescessem no tumulto esta coisa banal: foi soldado em Maratona. Sabia o que dizia.

Desde as Descobertas que tínhamos uma dívida sagrada ao nosso (não é de mais ninguém) Atlântico; damos-lhe a melhor joia dos portugueses: o coração de Carvalho Araújo.

No carinho pelos combatentes vai muito arrependimento de os não ter amparado; ha gente que não comemora, penitencia-se.

O combatente da Flandres teve este triangulo estrategico: o desdém á partida, a traição enquanto combatia, o desprezo á chegada. Sua alma, sua palma, vá a quem de direito.

A Africa tem mais dôr que a Flandres, e a sua guerra errante um martírio sem nome.

O sangue na guerra é uma questão de cor, não impressiona, e um soldado é tão grande que, quando tomba, a gente não se lembra que é um homem.

Enquanto vós lêdes estas linhas, eu sonho indefinidamente e revejo a Batalha.

A minha humildade sauda os combatentes de todo o mundo.

Pina de Moraes

A BATALHA DA LYS

9 de Abril de 1918

Faz hoje seis anos a Batalha na Lys.

Entrar numa batalha é encontrar a convivência trágica viva e épica de toda a gente da História. Estava lá gente de Aljubarrota e de Alcacer-Kibir.

As oitavas dos «Lusiadas», vertidas de branco, andavam entre as fileiras beijando os que se batiam.



9 DE ABRIL DE 1918

Foi bem doloroso para Portugal o dia 9 de Abril de 1918. Já vão passados seis anos e ainda conservamos tão viva, como na hora em que a sentimos, a impressão de dor, quasi de desespero, que nos produziram as primeiras notícias da trágica jornada.

Depois, começaram a chegar notícias mais pormenorizadas da infeliz batalha e a dor, provocada pela certeza da derrota, juntou-se a suspeita; tão triste para o nosso brio, de que os soldados da nossa terra tinham desfalecido em face de tão numeroso e potente inimigo.

Chegaram depois novos esclarecimentos e pormenores. A verdade foi se aclarando pouco a pouco e o país, para mitigar a amargura que sofrera, teve a consolação de saber que os seus bravos soldados tinham sabido morrer com o maior denodo e abnegação e que o revez de que fomos vítimas na Lys havia sido resgatado por actos de um heroísmo épico, digno da imortalidade.

A manhã apparecera nevoenta e sombria. Desde muitos dias que os alemães vinham fazendo demonstrações sucessivas diante da nossa frente, no intuito, decerto, de reconhecer os pontos mais fracos das linhas do inimigo. Às oito e meia da noite do dia 8, as suas baterias iniciaram um fogo de rajadas de cinco minutos de duração, com intervalo de dez minutos. A nossa artilharia era impotente para as fazer calar. Às quatro da madrugada, o ribombar dos canhões e o sibilar das granadas de todos os calibres, enchendo o ar dum ruído infernal, transformavam o terreno em que se batiam os soldados portugueses num mar de fogo, punham em chamas as nossas trincheiras e os quartéis gerais das brigadas, destruíam as ligações telefónicas e levavam a toda a parte a confusão e a ruína.

O general Ludendorff accumulava naquela ala todas as divisões alemãs de que podia dispôr, para tentar um «raid» desesperado que lhe entregasse Armentières e Bethune e lhe abrisse o caminho de Calais. As nossas forças eram ridiculas para tão poderoso e arrogante inimigo. Achavam-se debilitadas por longos meses de pequenos combates e de uma vigilância enervante e desmoralizadora, e entaquedadas pela redução sucessiva dos efectivos. Nesse mesmo dia devia ser rendida na frente uma das nossas divisões, porque se reconheceu que ela chegara ao limite das suas forças. Os alemães tinham concentrado, para a grande batalha, 17 divisões. As suas baterias contavam-se ás centenas. As forças que as saltaram as nossas posições ascendiam a oito fortes divisões de soldados velhos e experimentados.

Às 7 horas da manhã as primeiras linhas ocupadas pelos soldados portugueses tinham se convertido em montes de destroços, sob os quais ficaram muitos dos seus defensores. A nossa artilharia fôra já muito antes desmontada e reduzida ao silêncio. De repente, os poucos homens da primeira linha, que tinham podido sair a salvo dessa obra de destruição, sentiram, mais do que viram, tão pesada e opaca era a atmosfera, os alemães, precedidos por uma fila de metralhadoras, que haviam acabado de varrer o terreno, saltaram os escombros a que estavam reduzidas as nossas trincheiras e passaram daí ás outras, onde se travaram violentos e desesperados «corps-à-corps», conseguindo os restos da nossa infantaria, do 1, do 3, do 10, do 17, do 20 e do 21, formar uma barreira insuperável ao avanço do inimigo.

Os encanecidos sómente na residem sómente na grandiosidade dos seus paisa- resco das suas palpi-





André Ventura e Pedro Passos Coelho estiveram na apresentação do livro *Identidade e Família*.

Passos Coelho volta a ligar imigração a segurança

CONVERGÊNCIA André Ventura destaca discurso do antigo primeiro-ministro como sendo "mais próximo até do Chega do que do atual PSD".

TEXTO VÍTOR MOITA CORDEIRO

O antigo primeiro-ministro social-democrata Pedro Passos Coelho voltou ontem a ligar a imigração a problemas de segurança e deixou vários recados à anterior governação socialista, sob a forma de crítica, que foram desde a extinção do SEF até à mudança do símbolo da República, entretanto recuperado pelo atual Governo da AD.

Pedro Passos Coelho apresentava o livro *Identidade e Família*, na livraria Buchholz, em Lisboa, quando recuperou o tema da imigração associado a problemas de segurança, o que em fevereiro tinha provocado algumas críticas ao antigo governante. "Eu sei que há pessoas muito sensíveis e que acham que um ex-primeiro-ministro não pode misturar,

na mesma frase, imigração e segurança, apesar de uma parte significativa das políticas públicas que tratam das questões da imigração estarem no sistema de segurança interna", afirmou Passos Coelho, acrescentando que "a imigração não se reduz a problemas de segurança, mas há problemas de segurança que têm de ser calculados". Apesar dos alertas deixados para a imigração, o ex-governante apelou a que não se confundisse "isto com qualquer noção de que os imigrantes não são bem-vindos", lembrando que Portugal "é ele próprio uma sociedade em resultado de uma miscigenação muito forte".

Entre a audiência de Pedro Passos Coelho estavam várias figuras da direita, como o ministro da Defesa, Nuno Melo, os deputados do Chega André Ventura,

Diogo Pacheco de Amorim e Rita Matias, para além dos autores dos textos que compõem o livro e que é uma apologia ao conceito de família natural, de acordo com o coordenador da obra, o antigo ministro do Trabalho António Bagão Félix.

No final da apresentação, depois de uma manifestação que juntou no local cerca de 15 ativistas pelo "transfeminismo", que desmobilizaram ao fim de poucos minutos, André Ventura classificou o discurso de Passos Coelho como "mais próximo até do Chega do que do atual PSD". "Acho que este discurso marcou um bom momento para essa convergência, talvez até permita um candidato presidencial", disse Ventura, deixando uma pergunta retórica: "Por que não o Pedro Passos Coelho?"

BREVES

Bispos discutem reparação financeira às vítimas

O presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) assegurou ontem que o episcopado vai analisar esta semana uma proposta de "reparação financeira que reconheça a dor de quem sobreviveu" aos abusos na Igreja Católica em Portugal. No início da Assembleia Plenária da CEP, que ontem começou em Fátima, José Ornelas lembrou que desde o início a questão da reparação financeira às vítimas foi levantada, "como forma de justo contributo na superação do mal" causado, mas salvaguardou que se tem "evitado ligar esta forma de agir ao conceito de 'indenização' ditada por um tribunal". "O que se encontra agora em estudo, na presente Assembleia da CEP, é uma reparação financeira que reconheça a dor de quem sobreviveu a estes abusos e às consequências que teve de suportar, e que coopere para que essas pessoas possam ter uma vida mais livre, digna e devidamente reconhecida", disse o bispo de Leiria-Fátima. Na última semana, a coordenadora do Grupo VITA, Rute Aguilhas, disse que 19 vítimas de abuso sexual no seio da Igreja Católica em Portugal já manifestaram a vontade de serem indemnizadas.

Milhões de americanos viram eclipse total do Sol

A cidade mexicana de Mazatlán foi a primeira a assistir ao eclipse total que ontem "brindou" milhões de pessoas, num fenómeno de pouco mais de quatro minutos que foi visível na América do Norte, atravessando o México, os Estados Unidos e o Canadá. Este evento raro, que ocorre quando a Lua se alinha para ficar entre o Sol e a Terra, durou 310 minutos (pouco mais de 5 horas), a partir das 19.07 de Portugal Continental, a percorrer uma faixa de cerca de 200 quilómetros de largura na América do Norte, levando milhões a olhar para os céus na direção da estrela central do Sistema Solar, escurecida pela ação da Lua. Em Portugal, o eclipse foi apenas visível de forma parcial nos Açores, entre as 19.00 e as 20.00 horas locais. Portugal continental só assistirá a um eclipse total do Sol no dia 12 de agosto de 2026, mas apenas numa pequena região de Trás-os-Montes.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 - 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º - 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascensão **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa**: Páginas Civilizadas, Lda. - 41,51%, KNJ Global Holdings Limited - 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro - 20,40%, Grandes Notícias, Lda. - 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena - 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) - Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



5 605290 023002

56600

